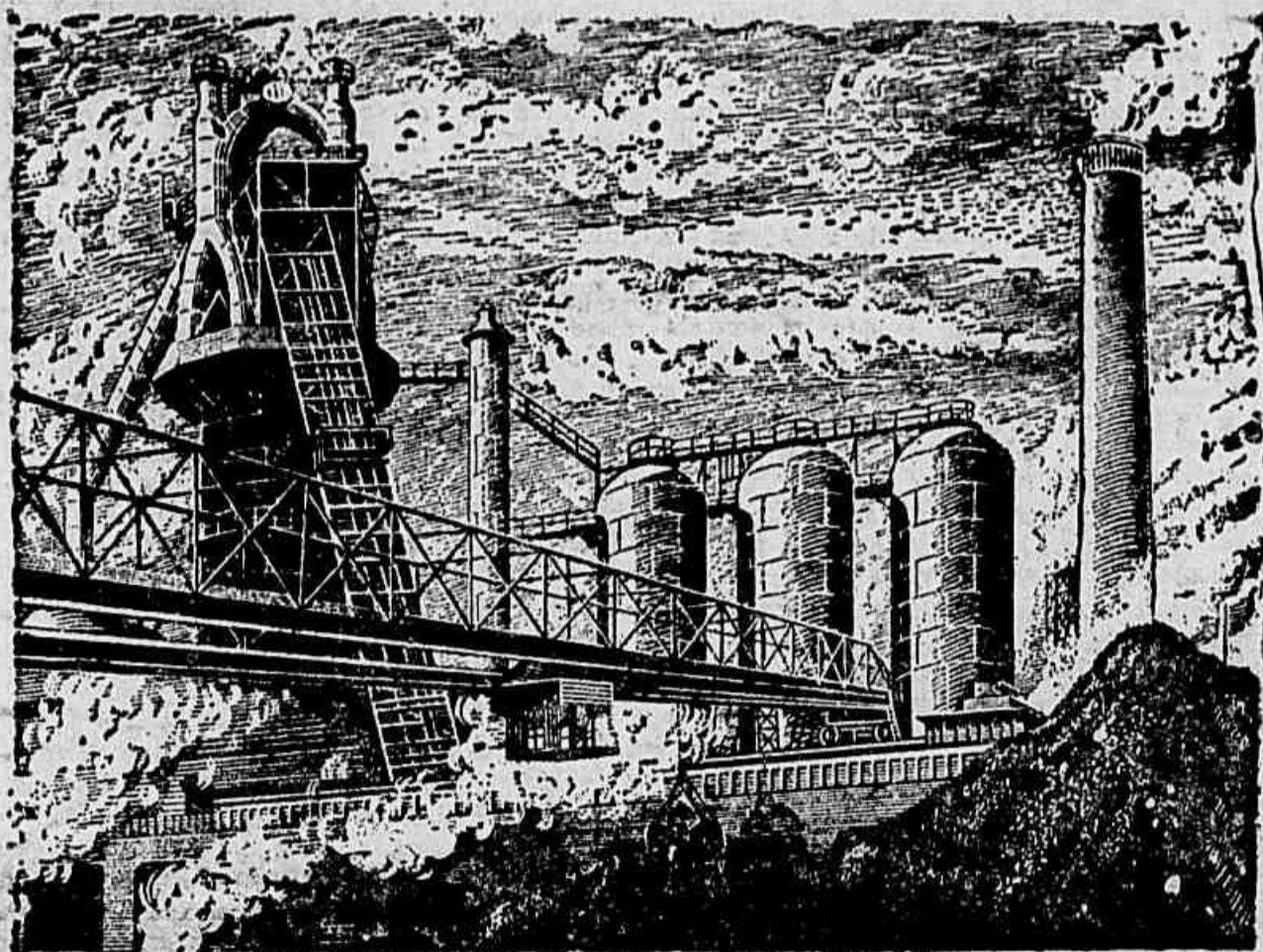


Soluções Nacionalistas Para o Câmbio e o Comércio Exterior

TEXTO NA PÁGINA CENTRAL

VOZ OPERÁRIA

No. 472 ☆ Rio de Janeiro 21 de Junho de 1958 ☆



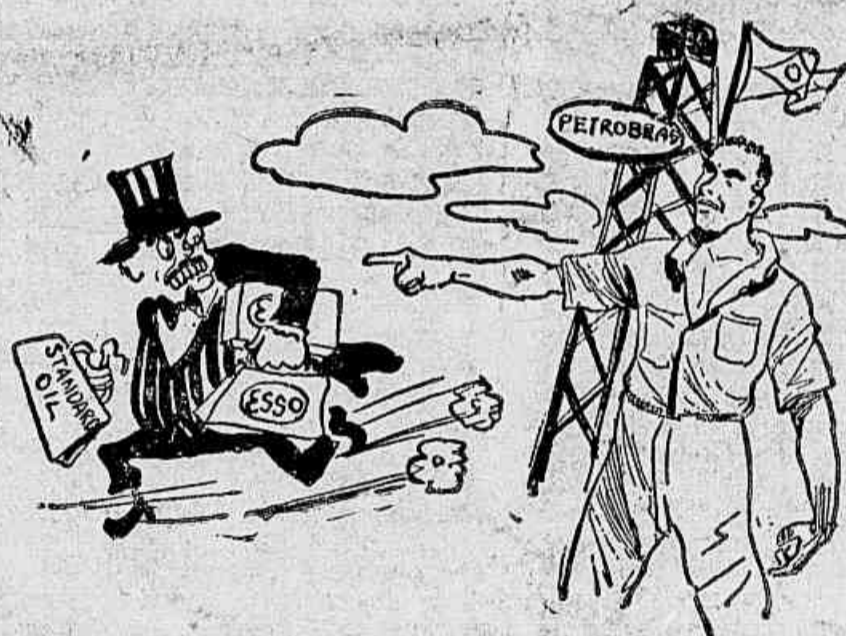
3 Preço
3 Cruzeiros

OS PROBLEMAS ECONOMICOS SE IMPOEM EM QUALQUER DISCUSSAO COM OS EE. UU.



Dezessete Mil Aeroviários Discutirão Seus Problemas

No fim de agosto vindouro, provavelmente, deverá se reunir nesta capital o I Congresso dos Trabalhadores Aeroviários, com o objetivo de discutir problemas da categoria, da aviação comercial e do desenvolvimento nacional. A extinção das agências próprias das empresas e a monopolização das vendas de passagens, processo já iniciado, merecerá, também a atenção dos congressistas. No clichê, *aeroviários em pleno trabalho*



- ★ Não devem repetir-se os erros do passado
- ★ Os norte-americanos tentam fugir a questões concretas
- ★ O que foram até
- agora as conferências inter-americanas
- ★ Justas as palavras do embaixador Oswaldo Aranha.
- Textos na página Central



A república Popular da China avança na construção do socialismo, em todos os ramos da vida nacional.

No clichê, um grupo de operários da indústria de extração, os novos produtores da riqueza da China.

(Leia na 12a. página, «Sobre uma cooperativa», artigo de Mao Tzé-Tung)

Reivindicações Salariais e Função Política da Classe Operária

(LEIA EDITORIAL NA 3a. PAGINA)

Neste Número

- ★ DECLARAÇÃO DOS PAISES PARTICIPANTES DO TRATADO DE VARSÓVIA (na 4a. página)
- ★ NOVOS FATOS EM FAVOR DE UMA POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE (Comentário político na 3.ª página)
- ★ FRENTE ÚNICA PARA DERROTAR O ETELVINISMO — Artigo de IRINEU FERREIRA (na 5a. página)
- ★ AS CAMPANHAS SALARIAIS E A SITUAÇÃO POLÍTICA — Artigo de Luis Ghilardini (na 9a. página)
- ★ CONGRESSO URUGUAIO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO Reportagem de Roberto Morena, 10.ª pág.

Apressar a Conferência Dos Chefes de Estado

Entraves à reunião dos chefes de Estado — Processos nas discussões prévias relativas à suspensão das experiências nucleares

Em novas mensagens dirigidas a Eisenhower Mac Millan e De Gaulle Kruschiov acaba de insistir na necessidade de serem apresentados os preparativos para a Conferência de Chefes de Estado. «Os preparativos para a reunião de Chefes de Estado estão marcando passo, e em reunião de Chefes de Estado advierte o chefe do governo soviético. É o momento de esclarecer se todas as partes interessadas desejam realmente uma tal reunião».

Kruschiov advertiu também as potências ocidentais

que não devem continuar exercendo pressão para que constem na agenda da Conferência certas questões como a reunificação da Alemanha, assunto este que deve ser tratado diretamente entre os governos dos dois Estados alemães: a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã (Alemanha Ocidental). Referindo-se às mais recentes propostas das potências ocidentais disse Kruschiov: «É difícil fugir à conclusão de que os autores das proposições não estavam guiados por um desejo de encontrar uma solução mais aceitável para todos, mas que, ao contrário, foram buscar questões que ainda não estão maduras para a sua solução».

Kruschiov recordou as propostas da U.R.S.S. para a Conferência dos Chefes de Estado, e disse que se as potências ocidentais o quisessem poderiam selecionar apenas algumas delas. O que não é possível, no entanto, é querer forçar a U.R.S.S. a discutir questões tais como o regime interno dos países socialistas da Europa.

As propostas da U.R.S.S. para o temário da Conferência abrangem os seguintes pontos: 1) suspensão imediata das experiências com armas nucleares; 2) renúncia ao emprêgo de qualquer espécie de arma atômica ou

termo-nuclear, ou projetos nucleares; 3) estabelecimento na Europa Central de uma zona sem armas nucleares e sem bases de foguetes; 4) assinatura de um tratado de não-agressão entre os países da OTAN e os do Tratado de Varsóvia; 5) proibição de utilizar o espaço cósmico para fins militares, e cooperação internacional para o estudo do mesmo; 6) supressão das bases militares em território estrangeiro; 7) redução dos contingentes de forças armadas estrangeiras instaladas em países da Europa; 8) assinatura de um Tratado de Paz com as duas Repúblicas alemãs; 9) ampliação do comércio internacional; 10) desenvolvimento das relações entre os países; 12) medidas para aliviar a tensão no Oriente Médio.

Apesar dos entraves que estão sendo criados pelas potências ocidentais à reunião da Conferência dos Chefes de Estado, constitui fato auspicioso o início em Genebra das conversações entre técnicos, a fim de preparar um acordo para a cessação das experiências nucleares. Os próprios meios científicos dos Estados Unidos foram forçados a reconhecer a boa fé da União Soviética que designou como seus representantes nessa reunião preparatória alguns dos cientistas nucleares mais eminentes que possui e que são admirados e respeitados por seus colegas norte-americanos.



Reuniu-se recentemente em Moscou uma assembleia para organização da sociedade "URSS-Japão"

VOZ OPERÁRIA

Diretor

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 - Tel.: 42-7344

ASSINATURAS:

Núm. avulso 3,00

Anual 150,00

Semestral 80,00

Trimestral 60,00

Aérea ou soz registro, despesas à parte:

SUCURSAL

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

Núm. atrasado 5,00

Estacionária a Situação Política na França

Após os agitados acontecimentos das últimas semanas, a situação política na França se apresenta de certo modo estacionária, numa espécie de «compasso» de espera. De Gaulle repeliu as exigências do «Comitê de Salvação Pública» de Argel, e ao mesmo tempo deu início aos trabalhos de preparação do projeto de nova Constituição francesa. Com isso conseguiu acalmar um pouco as manifestações de impaciência dos grupos mais exaltados de seus partidários. Ao mesmo tempo assinou com o governo Bourguiba um acord.

do pelo qual a França mantém a ocupação da estratégica base naval de Bizerta, mas se compromete a retirar dentro de 4 meses suas tropas atualmente estacionadas em outras partes da Tunísia, avaliados em 7.000 homens. Os fatos estão a indicar que De Gaulle encontra dificuldades imprevistas na aplicação dos seus planos, ao mesmo tempo reacionários e místicos de «salvação da França». Por um lado o general não havia avaliado bem a força das correntes populares democráticas do país; e por outro lado suas idéias pessoais não se ajustam suficientemente a muitas das reivindicações das forças de extrema-direita que o levaram ao poder. De Gaulle parece inclinado à adoção do chamado «néo-colonialismo», isto é, de um colonialismo ligado a certas concessões à população árabe de Argélia, que supõe capazes de amortecer a resistência e dividir as forças que lutam pela independência nacional. Os

«últimos» da Argélia não vêm isso com bons olhos, e desejam a repressão pura e simples, pela força, do movimento patriótico árabe. Enquanto permanecem, assim, obscuros muitos aspectos dos planos de De Gaulle, as forças de esquerda, o movimento operário os setores democráticos em geral, procuram reagrupar suas forças e encontrar o caminho da unidade, a fim de barrar a marcha da França para o fascismo. O «referendum» popular, anunciado para outubro no qual o povo francês poderá manifestar seus sentimentos em relação à nova Constituição proposta por De Gaulle, parece ser, no momento o centro da atividade política dessas forças progressistas. O Partido Comunista Francês continua apelando para a unidade das esquerdas e sugere a formação de Comitês de Defesa da República, que sejam os instrumentos da mobilização popular contra a reação e o fascismo.

Crônica Internacional

Agrava-se a Tensão no Oriente Médio

Os recentes acontecimentos políticos na pequena República do Líbano estão sendo utilizados pelas potências imperialistas com o objetivo de criar um perigoso foco de tensão permanente no Oriente Médio, que poderá pôr em risco a própria paz mundial.

Com área inferior à metade da de Sergipe, e população de cerca de 1.500.000 habitantes, isto é, metade do do Distrito Federal, o Líbano foi constituído artificialmente como Estado separado da Síria em virtude de uma manobra divisionista do imperialismo francês, dois anos após o término da I Guerra Mundial. Toda a região, que após ter pertencido durante séculos ao império árabe, havia caído sob a dominação turca, fora colocada na «zona de influência» francesa, por um pacto secreto firmado em 1916 entre a Inglaterra e a França. Em 1941, após a II Guerra Mundial, essa divisão artificial foi mantida, apesar dos protestos então formulados pela Síria. Os dois países conquistaram nessa época a independência política, e constituíram uma união aduaneira, que foi rompida em 1950, já em consequência de divergências fomentadas pelo imperialismo.

Nos últimos dois anos, ao passo que a Síria evoluiu rapidamente num sentido progressista, integrando-se no grupo de nações afro-asiáticas que, ao lado dos países socialistas, constituem a poderosa «zona de paz», e acabando por constituir, junto com o Egito, a República Árabe Unida, o Líbano, dominado pelo governo reacionário do presidente Chamoun, transformava-se, contra a vontade do seu povo, em instrumento do imperialismo no Oriente Médio. Foi o Líbano um dos primeiros países da região a reconhecer a «doutrina Eisenhower», e desde então tem recebido sistematicamente dos Estados Unidos armas e munições.

Os protestos populares contra a orientação do governo Chamoun nunca cessaram, apesar da repressão policial e dos esforços de corrupção, alimentados pelos dólares da «ajuda» yanque. Esses protestos se intensificaram consideravelmente, e se transformaram em insurreição armada e luta de guerrilhas, quando o presidente Chamoun anunciou, há algumas semanas, sua intenção de modificar a Constituição do país a fim de tornar possível a sua própria reeleição, por mais 6 anos. Foi essa a origem da crise. Não houve intervenção de tropas da República Árabe Unida, e sim revolta da própria população do Líbano. É claro que os patriotas libaneses que se levantaram contra o governo Chamoun não escondem sua simpatia pela República Árabe Unida e sua solidariedade a todos os demais povos árabes que, como os argelinos, estão lutando por sua independência nacional. Não escondem também sua repulsa ao colonialismo e à dominação imperialista, cujo instrumento principal é atualmente o

«doutrina Eisenhower». Por outro lado, os demais povos árabes e especialmente a República Árabe Unida, vêem também com simpatia, como não podia deixar de ser, o movimento de emancipação nacional do povo libanês. Mas daí a pretender-se, como o fazem os imperialistas norte-americanos, que os acontecimentos no Líbano resultam de uma intervenção da República Árabe Unida nos assuntos internos do país, vai uma grande distância. Existe de fato uma intervenção nos assuntos internos do Líbano: mas ela vem do governo dos Estados Unidos, e não da RAU. O governo dos Estados Unidos não se limita a manifestar sua simpatia pelo governo Chamoun: fornece-lhe armas, munições e dólares, abertamente, apoiando-se na «doutrina Eisenhower».

O governo Chamoun, cada vez mais fraco, ante a luta de guerrilhas que se estende a todo o território do país, inclusive às ruas de Beirute, a capital, apelou para a ONU a fim de que esta «impedisse a ajuda da RAU aos rebeldes, através das fronteiras do país com a Síria». Com a abstenção da URSS a ONU enviou ao Líbano uma comissão de observadores, que, em lugar de constatar qualquer intervenção da RAU, está constatando a intensificação da revolta popular. Agora Chamoun pede uma força de vários milhares de homens, ainda sob a cobertura da ONU, a fim de «solar as fronteiras», essa força seria um prolongamento da «força de polícia» da JNU estacionada nas fronteiras do Egito com Israel. Ao mesmo tempo os Estados Unidos reforçam suas forças navais no Mediterrâneo, dispostas ao largo da costa libanesa, e a Inglaterra envia mais paraquedistas para a base de Jibre. Porta-vozes oficiais dos dois países declararam que essas medidas têm como objetivo tornar possível uma intervenção armada imediata no Líbano, «caso o presidente Chamoun a solicite». De Gaulle envia a Londres e Washington um protesto, não contra essa projetada intervenção, mas contra o fato de não ter sido a França convidada a participar da mesma. E finalmente Foster Dulles, falando aos jornalistas, afirmou que, «de acordo com a mais recente interpretação a respeito da doutrina Eisenhower», os Estados Unidos poderão intervir no Líbano no mesmo caso de uma decisão da ONU, «no caso de certas contingências possíveis».

Está assim configurada a ameaça de invasão armada do Líbano pelas forças anglo-americanas, com ou sem a máscara de «forças da ONU». Essa invasão provocaria a guerra no Oriente Médio e envolveria as tropas que compõem a «força de polícia» da ONU no Egito, inclusive os «pracinhas» brasileiros. Uma das tarefas mais importantes das forças da paz em todo o mundo é impedir a consumação desses planos de imperialismo, que poria em perigo a própria paz mundial.

« ESTUDOS SOCIAIS »

Circulará esta semana, segundo nos informam, a revista bimestral «Estudos Sociais», dirigida pelo escritor Astrojildo Pereira.

Este primeiro número de «Estudos Sociais» contará com colaborações sobre problemas do desenvolvimento do Brasil, a questão agrária, relações de trabalho nas minas, e assuntos de interesse internacional. Uma seção que sem dúvida despertará a atenção dos estudiosos é «Problemas em debate», tratando, neste número, dos fundamentos econômicos para uma política marxista brasileira. «Estudos Sociais» discutirá também temas históricos, literários, filosóficos, etc., através de sua seção «Crítica de Livros».

«Estudos Sociais» se particulariza assim como uma revista dedicada sobretudo à realidade brasileira, numa tentativa de interpretá-la e defini-la os rumos. A orientação que se traça — o esclarecimento de questões candentes que inquietam aos brasileiros — assegurará o sucesso de «Estudos Sociais», sua ampla aceitação pelo grande público.

A redação de «Estudos Sociais» teve a gentileza de fornecer-nos o sumário de seu primeiro número, que é o seguinte:

«Sobre os problemas do desenvolvimento» — Moacir Paz

«Alguns aspectos da renda da terra no Brasil» — Carlos Marighella

«Origens históricas da propriedade da terra» — Fragmon Carlos Borges

«O trabalho nas Minas Gerais» — Miguel Costa Filho

«Maidkovski nos debates públicos» — H. Lumer

«Notas sobre a recessão norte-americana» — H. Lumer

«Fundamentos econômicos para uma política marxista brasileira»

«Crítica de Livros» — «História Sincera da República» ou a negação do povo na História — Rui Facó

«Crítica de Revistas» — «Revista Brasileira» — J.G.

Reivindicações Salariais é Função Política da Classe Operária

As REIVINDICAÇÕES salariais vêm re-
crudescedo nos últimos meses. São
numerosas as categorias profissionais que,
por todo o país, reclamam aumentos, de-
senvolvendo campanhas que, em alguns ca-
sos, têm culminado em greves. Ainda há
pouco, foi a capital da República abalada
pela greve dos motoristas de ônibus, que
tiveram de paralisar o trabalho para en-
frentar a ganância patronal, protegida pe-
la prefeitura e pela polícia.

O RECEBUESCIMENTO das lutas rei-
vindicativas ainda se mostra numa
fase inicial, mas é de prever, diante da si-
tuação do país, que essas lutas se amplia-
rão e tomarão grande envergadura. Estas
lutas são suscitadas pelo novo impulso que,
a partir de fins do ano passado, recebeu a
espiral inflacionária. Se em 1957 houve li-
geira atenuação no ritmo da inflação, no
primeiro semestre deste ano, porém, aque-
le ritmo se acelerou notavelmente. Tal ace-
leração se manifesta na elevação dos preços
nos leilões de câmbio, encarecendo todos os
artigos de importação, e no enorme volu-
me de emissões de papel-moeda. Nos cinco
primeiros meses de 1958, o saldo de papel-
moeda emitido já se elevou em cinco bi-
lhões de cruzeiros, quando em idêntico pe-
ríodo do ano passado a elevação foi de ape-
nas 1,1 bilhão de cruzeiros. Não há indício
de que o ritmo da inflação se atenuará no
segundo semestre do ano. É de esperar o
contrário. O problema do custo de vida se
tornará, assim, bem mais agudo para os
trabalhadores.

NÃO podem os trabalhadores aceitar pas-
sivamente a deterioração do seu salá-
rio nominal. O soviado argumento de que
são os aumentos de salários que provocam
os aumentos dos preços não convence ao
operário que vê dia a dia reduzido o poder
aquisitivo do seu salário. As dificuldades
econômicas do país não são provocadas pe-
las reivindicações dos trabalhadores, mas
pelo atraso da estrutura da economia na-
cional, sobretudo pela sua dependência em
relação ao imperialismo norte-americano. Não
cabe aos trabalhadores que já são submeti-
dos a um baixo nível de vida, suportar o
peso daquelas dificuldades. As suas rei-
vindicações salariais, não têm visado
mais do que anular os efeitos
da inflação sobre o poder aquisitivo dos
seus salários. Se os patrões se defendem
da inflação aumentando os preços das suas
mercadorias, não cabe aos operários abdi-
car do mesmo direito no que se refere à
única mercadoria que podem vender, ou
seja, a sua própria força de trabalho.

ASSIM, pois, são plenamente legítimos
os movimentos reivindicativos dos
trabalhadores. É plenamente legítimo o seu

recorso à greve, quando a intransigência
patronal obstaculiza qualquer acordo ra-
zoável e já estão esgotados todos os demais
recursos. Tendo em vista as próximas lu-
tas, a classe operária tem o dever de in-
crementar a sua unidade e organização, for-
talecendo as suas fileiras nas empresas e
nos sindicatos.

A MESMO tempo, porém, os trabalha-
dores vão adquirindo consciência de
que as lutas por aumento de salário têm um
sentido apenas de resistência econômica e
não podem constituir soluções senão tran-
sitorias, ainda que indispensáveis. A cons-
ciência deste fato precisa se completar com
a convicção a respeito do papel eminentemente
político que cabe aos trabalhadores. É no plano da luta política que os traba-
lhadores podem e devem dar a sua princi-
pal contribuição a uma solução efetivamen-
te progressista dos problemas nacionais.
Problemas como, por exemplo, da substituição
do ministro da Fazenda não são indife-
rentes aos trabalhadores, antes lhes inter-
ressam profundamente, não menos do que
a qualquer outra força social. Os trabalha-
dores são patriotas e não concordam com a
ocupação daquele ministro por um entre-
gista como o sr. Lucas Lopes. Compreen-
dem também os efeitos nocivos que pode
ter para o conjunto da economia nacional
uma reforma cambial, que afete a cotação
do cruzeiro e os custos da produção, im-
pulsionando ainda mais a elevação do cus-
to da vida. Os trabalhadores estão, por tu-
do isto, profundamente interessados em de-
fender as posições nacionalistas, desde o
que se refere à salvaguarda da Petrobrás
e à revogação da Instrução 113 como à
sustentação do preço do café e à libertação
do nosso comércio exterior do monopólio
norte-americano. Os trabalhadores defendem
soluções positivas para os problemas do
país, aquelas soluções que beneficiam não
somente a eles como a todas as forças que
integram o povo brasileiro e aspiram ao
progresso da nação.

É COMPREENSÍVEL, portanto, que os
movimentos salariais não limitam os
horizontes dos operários ao seu próprio âm-
bito de classe. Sendo uma classe destitui-
da de interesses estreitos e egoístas, o pro-
letariado, ao lutar por objetivos especifi-
camente seus, que nem por isto deixam de
ser os mais justos, não perde de vista a sua
função de força mais consequente do mo-
vimento nacionalista, não abandona, antes
melhor desempenha o seu papel eminentemente
unitário dentro da frente única na-
cionalista. As vitórias da frente única são
também vitórias do proletariado, suas vitó-
rias mais importantes.

Comentário Político

NOVOS FATOS EM FAVOR DE UMA POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE

Um dos temas centrais dos últimos dias, na imprensa, no rádio, no parlamento, é a necessidade imperiosa em que se encontra o Brasil de vencer suas crescentes dificuldades econômicas e financeiras. Aponta-se como um dos caminhos para atingir este objetivo a "revisão" da política dos Estados Unidos com relação aos países latino-americanos, ou um panamericanismo em novas bases.

Esta, porém, se possível, seria apenas uma solução parcial. O Brasil, como os demais Estados latino-americanos, não faz parte apenas da comunidade americana, e sim da comunidade mundial. Não podemos delegar poderes a quem quer que seja para tratar das nossas relações com os demais povos, seja na Europa, na Ásia ou na África. Como país soberano, nós mesmos é que devemos dirigir a nossa política exterior, sem nenhuma tutela estranha.

É sabido, por exemplo, que o agravamento da atual crise do café — produto que representa mais de 60 por cento do valor das nossas exportações — poderá ter consequências bem graves para toda a nossa economia. No entanto, há muito tempo o Brasil vem recebendo propostas vantajosas da União Soviética e de outros países socialistas para a compra de café.

Mais uma vez, esta semana, um jornal especializado de Londres, o «Financial Times», escreve ter a União Soviética proposto ao Brasil a troca de 200 mil toneladas de petróleo por excedentes brasileiros de café, algodão e cacau. Receberíamos não só petróleo — de que importamos ainda, a preço de dólar, cerca de 80 por cento das nossas necessidades — mas também nos forneceriam os soviéticos automóveis e caminhões. Além disso, propõe-se URSS, noticiadas aos meios mentar a exploração das riquezas do São Francisco, o que representaria um importante fator de progresso para o Nordeste brasileiro.

As vantajosas ofertas da URSS, noticiadas dos meios financeiros de Londres, não são uma exceção para o Bra-

sil. Nosso vizinho, a Argentina, vem de há muito mantendo relações comerciais altamente proveitosas com a URSS. E agora mesmo informação de Buenos Aires diz que a União Soviética concordou em enviar à Argentina um milhão de toneladas de petróleo em troca de lá. Mais ou menos metade do combustível ainda será entregue à Argentina este ano. Devemos recordar que não há muito uma missão comercial argentina visitou Moscou, onde efetuou importantes transações, sobretudo no que se refere ao fornecimento de máquinas e equipamentos pela URSS.

Quer dizer: a Argentina lucrava duplamente, lucrando-se de seus excedentes de lá e adquirindo combustível e maquinaria, sem despendê-los. Nada impediria que o Brasil seguisse o mesmo caminho. Para isto é suficiente levarmos a cabo uma política exterior independente, de acordo com os sagrados interesses nacionais; afastar de cargos de responsabilidade certos elementos que, fazendo o jogo dos monopólios dos Estados Unidos, têm impedido até agora a normalização das nossas relações comerciais com a União Soviética,

a República Popular da China e outros países socialistas. Para isto é necessário também que o Ministério da Fazenda seja ocupado por um patriota, e não entregue, como se pretende, a um notório entreguista do tipo do sr. Lucas Lopes. São interesses vitais do Brasil que estão em jogo, interesses ligados ao próprio futuro de nosso país como nação independente e soberana.

Não se pode admitir, por exemplo, que a nossa política exterior continue entregue aos desmandos de um titulado como o sr. Macedo Soares que acaba de recusar visto de entrada em nosso país de um grupo de jornalistas soviéticos que regressavam da Argentina. Tendo assistido ao posse do presidente Frondizi os jornalistas soviéticos que foram impedidos de fazê-lo. O Itamarati negou-lhes visto. Foi semelhante a uma verdadeira ignomínia. Dá bem a medida do espírito de intolerância medieval que reina hoje na antiga casa de Rio Branco. No entanto, numerosos jornalistas brasileiros têm visitado a União Soviética, daí sobre ela seu testemunho franco em artigos, folhetos, livros, através do rádio. Um radialista brasileiro transmitiu há pouco, da Rádio Moscou, todo um jogo realizado na capital soviética por um time brasileiro. A atitude oposta depõe contra o Brasil. É mais uma confirmação da urgência de mudarmos a nossa política exterior de termos uma política exterior independente com todos os países. Isto só nos trará proveitos, tanto no terreno econômico como no cultural.

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

NO ESTADO DO RIO

Os comunistas do Estado do Rio acabam de anunciar os seus candidatos para governador, vice-governador e senador por aquele Estado.

O candidato a governador é o sr. Roberto Silveira. O atual vice-governador do Estado tem se destacado como defensor das riquezas e soberania nacionais, pela sua atividade em favor do monopólio estatal do petróleo e firme apoio ao movimento nacionalista. Em torno do seu nome coligaram-se o PTB, PSB e PDC. A esta coligação aderiram os dissidentes do PSD, chefiados pelo sr. Miguel Couto Filho. Ainda recentemente, a Convenção regional da UDN, infligindo esmagadora derrota a conhecidos entreguistas com Carlos Lacerda e Prado Kelly, manifestou-se também pela candidatura do sr. Roberto Silveira. Essa candidatura conta com o apoio da classe operária e é combatida pelos mais notórios entreguistas que fazem política no Estado.

Assim, coerentes com a sua política de elevar aos postos de governo os democratas e nacionalistas mais destacados e que tenham condições de unificar os mais amplos setores das massas, os comunistas, que dispõem de indiscutível influência entre os trabalhadores e o eleitorado acabam de decidir-se pelo apoio ao sr. Roberto Silveira.

Para vice-governador e para senador, os comunistas votarão respectivamente nos srs. Paulo Araújo e Miguel Couto Filho. O primeiro, cidadão de comprovada honestidade e formação democrática, presidente do diretório regional da UDN, cuja Convenção, como já dissemos, contrariando conhecidos dirigentes reacionários desse partido, decidiu-se pelo candidato do PTB. O sr. Miguel Couto Filho, também rompendo com as forças reacionárias do PSD e dando apoio ao sr. Roberto Silveira, tornou-se merecedor do apoio dos comunistas.

VIDA ECONÔMICA

Marcha e Contra-Marchas na Batalha do Câmbio

O CÂMBIO continua a ser o terreno de acirrada batalha. A escassez de divisas e a inflação interna obrigam a cada uma das forças econômicas a ocupar determinada posição na esfera do câmbio. A isto acresce a pressão do imperialismo norte-americano no sentido de uma reforma cambial com características bem definidas, que favoreçam os seus interesses.

Diversas conjecturas foram antecipadas a respeito da projetada reforma cambial. Tratando-se de um mecanismo muito complicado, as variantes de reforma podem ser numerosas, mas os objetivos dos "reformistas", em todos os casos, são bem poucos: desvalorizar o cruzeiro e aumentar a receita dos setores agrícolas e comerciais de exportação (em primeiríssimo lugar, o setor do café), baixar o preço externo do café e de outros produtos de exportação, elevar o preço interno dos produtos de importação, sobretudo daqueles que interessam à indústria básica.

É imediatamente visível que uma reforma cambial com esta orientação, altamente satisfatória para o imperialismo norte-americano, não pode ser aceita pelas forças nacionais interessadas na industrialização do país, como é o caso da burguesia industrial e do proletariado. No caso do proletariado, há ainda o interesse direto de impedir os efeitos de uma desvalorização indiscriminada da taxa cambial que pode trazer para a elevação do custo da vida, quando dentro do país graça uma inflação acelerada e até agora incontrolada.

Mas, enquanto se divulgavam as diferentes hipóteses de reforma cambial, esta começou a ser concretamente delineada nas últimas instruções da SUMOC.

A de número 157 eleva as bonificações para as duas últimas categorias da exportação. Os produtos beneficiados — que são todos, menos o café e o cacau — responderam a 33 por cento do valor total da exportação no ano passado. A medida é vantajosa para os chamados produtos "gravosos", oferecendo um estímulo

maior para a sua exportação, se bem que, nem sempre se deva esperar correspondente aumento na soma de divisas, numa fase de retração do comércio mundial. O mais inquietante, porém, é que a Instrução 157 possa ser apenas um passo para a elevação das bonificações do café e do cacau. Embora as autoridades afirmem que tal medida não se justifica e até mesmo o sr. Gudin

considere adequada as atuais bonificações para aqueles produtos, sabemos que a pressão visando incluí-los na reforma cambial é fortíssima. Neste sentido acaba de se pronunciar a II Conferência do Comércio Exterior, que se realizou, aliás, toda ela sob a consigna da necessidade da reforma cambial.

De muito mais séria repercussão foi, porém, a Instrução número 158, elevando o chamado custo de câmbio de Cr\$ 52,00 para Cr\$ 58,00 e criando uma taxa de Cr\$ 70,00 por dólar para a importação de uma série de produtos, até aqui beneficiados com a taxa do custo de câmbio. A Cr\$ 58,00 por dólar ficaram o trigo, petróleo e derivados, o que já deverá contribuir com certa porcentagem para a elevação do custo da vida.

O mais estranho, porém, é que a taxa de Cr\$ 70,00 por dólar foi aplicada à importação dos equipamentos destinados à pesquisa e produção de petróleo. Tornou-se imediatamente clara a inspiração antinacional da Instrução da SUMOC, assinalando lamentável capitulação do sr. José Maria Alkmin. Calculou-se que a Instrução 158 iria determinar uma redução de 4 bilhões de cruzeiros na capacidade de investimento da Petrobrás até 1961.

Ao que tudo indica, o setor nacionalista do governo entrou em contra-ofensiva e vem em poucos dias, a Instrução 158 era modificada, precisamente no ponto que atinge a Petrobrás, determinando o dólar de Cr\$ 58,00 para os seus equipamentos importados.

O terreno do câmbio, como se vê, se transformou num verdadeiro campo de batalha, exigindo constante vigilância das forças nacionalistas. Todos sentem que a pressão pela reforma cambial se avoluma. É uma pressão que tanto parte de Washington como do Conselho Nacional da Economia, onde pontifica o sr. Garrido Torres, ou da II Conferência do Comércio Exterior, onde pontificaram os srs. Eugênio Gudin e Roberto Campos. Podemos, pois, esperar novidade para breve.

Declaração dos Países Participantes do Tratado de Varsóvia

Propostas Concretas Para Manter a Paz Mundial — O Papel da ONU — A Chantagem do anticomunismo — A Conferência de Cúpula — O Problema Alemão

A 24 de maio próximo passado teve lugar em Moscou uma conferência do Comitê Político Consultivo dos Estados participantes do Tratado de Varsóvia de amizade, cooperação e ajuda mútua. A conferência contou com a presença de representantes da Albânia, Bulgária, Hungria, Polónia, România, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e União Soviética. Assistiu aos seus trabalhos, na

qualidade de observador, representantes da República Popular da China. Por sua importância política, como um documento de análise da atual situação internacional, reproduzimos aqui o texto integral da Declaração aprovada na Conferência do Comitê Político Consultivo do Tratado de Varsóvia. (Os subtítulos são da exclusiva responsabilidade da Redação da VOZ OPERÁRIA)



N. S. Krushiov



Janos Kadar



Joseph Cyrankiewicz

CONSIDERANDO a necessidade de salvar a paz na Europa e de desenvolver a cooperação pacífica entre os Estados, — finalidade primordial da Organização do Tratado de Varsóvia, — os governos da República Popular da Albânia, da República Popular da Bulgária, da República Popular da Hungria, da República Democrática Alemã, da República Popular da Polónia, da República Popular da România, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da República da Tchecoslováquia, convocaram para 24 de maio de 1958, em Moscou, uma Conferência do Comitê Político Consultivo dos países participantes do Tratado de Varsóvia, com a finalidade de examinar a atual situação internacional e elaborar em conjunto novas medidas para aliviar a tensão internacional.

A troca de opiniões, de que também participou um observador da República Popular da China, confirmou a unanimidade dos governos representados na Conferência, tanto na análise da situação internacional como quanto aos meios de se consolidar a paz.

UMA LUTA INCESSANTE

Exerce influência cada vez maior sobre as questões mundiais a incessante luta dos países do campo socialista em prol do desenvolvimento da cooperação internacional à base da coexistência pacífica entre os Estados com regime social diverso, pela solução das questões em litígio por meio de entendimentos entre os países, pela cessação da corrida armamentista e abolição da ameaça da guerra atômica.

Os participantes da Conferência observam com satisfação que, hoje, pela consolidação da paz trabalham não somente os países socialistas mas também a maioria dos países da Ásia e da África, que se libertaram da secular dependência colonial. Em prol da paz lutam também as massas populares e influentes círculos sociais, muitos partidos e sindicatos que atendem às exigências dos trabalhadores, representantes da ciência e da cultura, sacerdotes, pessoas de diferentes concepções políticas nos países da Europa Ocidental, da América e de outros continentes. Os países que mantêm uma política de neutralidade igualmente prestam contribuição à luta pela paz.

IMPORTÂNCIA DO TRATADO DE VARSÓVIA

O desenvolvimento dos acontecimentos internacionais comprova repetidamente que o Tratado de Varsóvia de amizade, cooperação e ajuda mútua, assinado há três anos por oito países socialistas, não só preserva firme a segurança e a independência dos povos desses países como também é poderoso fator que paralisa a atividade — hostil à causa da paz — dos agrupamentos militares das potências ocidentais e, em primeiro lugar, do Bloco do Atlântico Norte.

A CARGA DOS ARMAMENTOS

Os círculos das potências ocidentais e sobretudo os EE.UU., os quais obstinadamente impuseram sua política com a continuação da «guerra fria» e da tensão internacional, continuam a realizar uma política de «posições de força» e impedir que os povos organizem sua vida segundo seus próprios desejos. Cabe-lhes a responsabilidade pela incessante corrida aos armamentos que assume caráter particularmente perigoso em consequência do aumento da produção e da acumulação de recursos nucleares de destruição em massa. Os povos dos países participantes da NATO têm que suportar a carga excessivamente pesada das despesas militares. Somente seguindo os dados oficiais fornecidos pela NATO, as despesas militares dos países participantes desse bloco foram, em 1957, três vezes superiores às de 1950. De 1950 a 1957 os países da NATO gastaram com os preparativos militares um total superior a 400 bilhões de dólares.

NOVOS PLANOS BÉLICOS

Atualmente nos órgãos militares da NATO elaboram-se novos planos para aumentar as forças armadas e as despesas militares desses países, ao mesmo tempo em que na conferência realizada em abril deste

ano entre os ministros militares da NATO se tratou de duplicar as forças armadas à disposição do comando supremo americano da NATO. Sabe-se ainda que o Conselho Permanente da NATO tomou a primeira de maio deste ano uma resolução que prevê o armamento atômico dos participantes do Bloco do Atlântico Norte que atualmente não dispõem dessa arma. Os governos de vários países da NATO — Inglaterra, França, Itália, Turquia e outros — apesar dos protestos firmes da população, cederam o território de seus países para rampas de lançamento americanas destinadas a foguetes com cargas nucleares, e para depósitos de armas atômicas.

O REARMAMENTO ALEMÃO-OCIDENTAL

Caráter particularmente perigoso assumem os preparativos militares na República Federal Alemã, cujo parlamento aprovou uma resolução que concede ao seu governo amplos poderes para equipar as forças armadas do país com arma nuclear e foguetes. Assim, os tipos mais perigosos de armamento passam às mãos de círculos militaristas e revanchistas, que proclamam pretensões territoriais em relação a outras nações.

Apoiando a política de armamento da RFA e encarregando-se do fornecimento a Alemanha Ocidental da arma nuclear e de foguetes, o governo dos EUA na realidade estimula esses círculos a realizar uma política cheia de perigos para a paz e de consequências funestas para o próprio povo alemão. Ao mesmo tempo tomam-se medidas para incorporar a Alemanha Ocidental à fabricação e aperfeiçoamento dos tipos mais modernos de armas, fim a que visa o acordo tríplice dado à publicidade, celebrado entre a França, Itália e República Federal Alemã para a cooperação no domínio das pesquisas militares e produção de armamentos.

Esses preparativos militares provocaram na própria Alemanha Ocidental sérios temores e deparam com a resistência cada vez mais vigorosa de sua população.

PROVOCAÇÕES AMERICANAS

Agravamento extremamente perigoso da situação atual é representado pelo procedimento — inaudito numa época de paz — da aviação militar americana que, transportando bombas atômicas e de hidrogênio, realiza vôos através das regiões árticas em direção à União Soviética. Como é de conhecimento público, os vôos dos bombardeiros americanos carregados com bombas atômicas e de hidrogênio também ocorrem sobre território de muitos países da Europa Ocidental a pretexto de patrulharem o espaço aéreo. Essas ações do governo dos EUA chegam às raias de franca provocação e, se não forem detidas, a humanidade, mais dia menos dia, pode ser surpreendida pelo torvelinho de uma guerra atômica.

POSIÇÃO MAIS SENSATA

Não podemos deixar de assinalar com satisfação a circunstância de que alguns países participantes da NATO — conscientes das consequências que podem acarretar os preparativos para a guerra atômica e os malabarismos com a arma atômica a que se entregam as principais potências desse agrupamento — assumem posição mais sensata, o que não pode deixar de representar certa contribuição positiva ao alívio da tensão internacional, particularmente na Europa. É um dos exemplos indicadores de que, até mesmo quando existem agrupamentos militares agressivos e compromissos que seus iniciadores impõem aos demais participantes desses agrupamentos, ainda há possibilidades inaproveitadas para aliviar a atmosfera na Europa e diminuir a tensão internacional.

Profundo golpe contra as esperanças dos povos de que se reduzisse o perigo de guerra e se moderasse a corrida aos armamentos atômicos foi vibrado pelo governo dos EUA e da Inglaterra ao realizarem no Oceano Pacífico novas explosões nucleares experimentais, já depois que a União Soviética cessara unilateralmente as experiências com todos os tipos de arma atômica e de hidrogênio. A realização dessas provas demonstra a pouca importância que os governos

dos EUA e da Inglaterra atribuem aos interesses dos povos que exigem que se ponha fim aos preparativos para a guerra atômica e que se tomem medidas efetivas para afastar essa ameaça.

AMEAÇAS DA DOCTRINA, DULLES-EISENHOWES

Os participantes da Conferência manifestam séria preocupação em virtude das incessantes tentativas dos governos dos EUA, da Inglaterra e da França e de outras potências coloniais de intervenção nos problemas internos dos países da Ásia e da África, de implantar ali regimes e governos estranhos a seus povos, governos dispostos a novamente arrendar aos colonizadores países que recentemente tomaram o caminho da independência nacional. Se na Indonésia, Argélia, Líbano, Iemen e Oman terçam-se armas e se derrama o sangue dos patriotas, os culpados são os mesmos círculos imperialistas cuja política é realizada pela NATO, pela organização do Pacto de Bagdad e SEATO, e que, por meio da pressão e grosseira intervenção nas questões internas de outros países procuram apoderar-se de suas riquezas naturais e sufocar o movimento de libertação nacional dos povos da Ásia e da África. A mesma forma que no verão do ano passado núvens ameaçadoras paravam sobre a Líbia, também hoje conspira-se perigosamente contra o Líbano, e desta vez os Estados Unidos — invocando a famigerada doutrina Dulles-Eisenhower, rejeitada pelos povos árabes — preparam-se para por em ação suas forças armadas contra um povo que deseja apenas ser dono de sua própria casa e livre do ditado estrangeiro.

É oportuno fazer a pergunta: quem outorgou a qualquer país o direito de impor a países alheios as mais diversas doutrinas? Com efeito, pertence a um passado remoto a época em que a força e o arbítrio podiam espesinhar o direito e até mesmo substituí-lo. A doutrina Dulles-Eisenhower tem por objetivo evidente a intervenção nas questões de outros países, e seus autores não tiveram cerimônia de declará-lo abertamente. E tudo isso se passa com o conhecimento da Organização das Nações Unidas que parece, deveria reagir a ações que constituem ingerência na vida interna dos países do Oriente. Já que se trata de uma transgressão do direito internacional condenada pelos Estatutos da ONU. Em virtude, porém, da posição assumida por algumas potências ocidentais, a ONU fica paralisada e nenhuma medida toma para defender a independência do Líbano, assim como de outros países que são objeto das conspirações dos círculos imperialistas.

O PAPEL DA ONU

A Organização das Nações Unidas tem a possibilidade de tornar-se organismo realmente internacional e instrumento efetivo na luta pela paz se todas as nações que a integram não se orientarem por seus interesses egoístas e sim pelos interesses da paz e da segurança dos povos.

Os países participantes do Tratado de Varsóvia agiram e continuarão a agir no sentido de que a Organização das Nações Unidas possa cumprir com êxito os deveres que seus Estatutos lhe impõem.

Os Estados membros do Tratado de Varsóvia estão convictos de que o fato de se privar a República Popular da China da possibilidade de ocupar seu legítimo lugar na ONU causa sério dano à atividade desta. Acham-se outrossim profundamente convencidos de que a participação da China Popular na atividade da ONU teria grande significação positiva, tanto para se manter a paz no Extremo Oriente como para a causa da paz em todo o mundo.

Há muitos anos a França trava uma guerra sangrenta contra o povo argelino, que luta por sua autodeterminação e independência. A guerra na Argélia é não só uma monstruosa injustiça contra o povo argelino, que ama a liberdade como também cria um perigoso foco de atritos e conflitos internacionais nessa região do mundo.

A CHANTAGEM DO ANTICOMUNISMO

Os organizadores da NATO e o bloco das potências ocidentais que dela participam tentam mascarar com falsas alegações de «ameaça do comunismo internacional» os preparativos militares e a ingerência nas questões internas de outros países, atividades a que se entregam em amplitude cada vez maior.

Em todos os casos recorre-se a esse método antiquado — quer se trate de equipar o BUNDESWEHR com arma atômica ou de preparar a intervenção armada no Líbano; de espalhar rampas norte-americanas de lançamento de foguetes em países alheios ou de aumentar as dotações orçamentárias para fins militares; de enviar aviões americanos carregados com bombas atômicas e de hidrogênio em direção às fronteiras da União Soviética ou de restringir o comércio internacional.

Quem não se lembra de que a Alemanha hitlerista se preparou para a segunda guerra mundial igualmente sob o pretexto de lutar contra o «perigo» do comunismo? Milhões e milhões de pessoas, enganadas por essa falsa propaganda, sacrificaram a vida na guerra passada. Não se pode permitir que os povos continuem enganados e não aprendam a reconhecer, pela própria experiência, de onde parte na realidade o perigo de guerra.

A ASPIRAÇÃO DOS PAÍSES SOCIALISTAS

Os países unidos no Tratado de Varsóvia — assim como os países socialistas da Ásia — não têm e não podem ter motivos para atacar outros países e para usurpar terras alheias. A União Soviética, a República Popular da China e o campo socialista em seu conjunto possuem imensas extensões de terra e infinitos recursos naturais. Além disso, a principal riqueza dos países socialistas são os homens, as inesgotáveis forças criadoras de povos que se libertaram da exploração e marcham pelo caminho do progresso social. Em todos esses países acha-se fóra de cogitação o aparecimento de quaisquer grupos ou camadas da população interessados na guerra, por que no poder estão operários e camponeses, que em todas as guerras são as maiores vítimas. Criam com as próprias mãos todos os valores materiais necessários e não lhes é próprio pretender o alheio.

Os povos de nossos países dedicam todas suas energias à criação do novo regime social em que será assegurado o bem-estar geral e em que mais ampla e profundamente se revelarão os poderes espirituais do homem. Para fazê-lo necessitam sobretudo de uma paz firme e duradoura. Por isso, nada há de mais distante da verdade do que afirmar que os países socialistas possam ameaçar a alguém ou pretendam impor pela força seu modo de vida a outrem.

Os países participantes do Tratado de Varsóvia nada têm a temer com o alívio da tensão internacional, não é a atmosfera da «guerra fria» que os une, e nem o estado de febre bélica em que desejam manter o mundo os partidários dos preparativos militares, e sim a comunidade de ideais e de objetivos na construção da nova sociedade socialista e no reforço da paz entre os povos. Temem o saneamento da situação internacional aqueles que não desejam arriscar-se a perderem os lucros fabulosos tirados dos bolsos dos contribuintes para atender à corrida aos armamentos; aqueles que defendem a manutenção dos agrupamentos militares, cuja existência seria de todo injustificável e superflua quando se aliviasse a tensão, se aumentasse a confiança entre as nações e cessasse a «guerra fria».

Os países signatários do Tratado de Varsóvia condenam com firmeza a política de aguçamento da situação internacional e de preparativos de guerra atômica, orientação imprimeada à NATO pelos principais países

(Continua na 5ª página)

DEPOIS dos fluxos e refluxos em sua movimentação, unem-se em Pernambuco as oposições. Este é um grande acontecimento para aquele Estado nordestino. Não foi fácil chegar a essa unidade que hoje registramos. Muitos foram os obstáculos a ser vencidos, pois trata-se de uma frente única de grande amplitude, abarcando desde o proletariado das cidades e do campo, até grande proprietários de terras e usineiros.

Como se vê, são forças heterogêneas, com suas inevitáveis contradições, mas que, apesar de tudo, encontraram uma base comum para a ação conjunta. Dessa coalizão, os beneficiados são todas as forças que dela participam e o próprio povo pernambucano.

Um aspecto importante a assinalar é que a unidade das oposições pernambucanas se fez, não em torno de homens, como geralmente acontece, mas em torno de um programa patriótico e nacionalista, no qual ficaram plasmadas as principais e mais imediatas reivindicações das diversas classes e camadas da sociedade pernambucana. Os nomes surgiram depois, sempre com o apoio unânime de todas as forças participantes.

O fato que serviu de base para aglutinar forças tão diversas, foi o combate ao etelvinismo, fenômeno negativo na vida pernambucana, responsável pelo atraso do desenvolvimento político, econômico e social do grande Estado nordestino.

Quando se fala na combate ao etelvinismo, não se trata apenas do combate ao homem, mas o combate enérgico a uma situação política que por vários anos vem infelicitando Pernambuco. Situação criada e orientada pelo sr. Etelvino Lins, policial de carreira, e que tem como base social uma minoria de latifundiários do sertão pernambucano.

O etelvinismo é a expressão de que se servem as forças democráticas, para definir uma situação de violências policiais, de estrangulamento das liberdades democráticas e ilegalidades existentes em todo o Estado. Nessa época de ascensão democrático que vive o nosso povo, Pernambuco é o único membro da Federação onde as mais descaradas violências são praticadas pelo governo, contra cidadãos. Violências que vão desde as prisões arbitrarias com a invasão de lares e brutais espancamentos, até aos assassinatos e massacres em plena via pública, de trabalhadores e homens honrados.

Ainda está na lembrança de todos a maneira como foi reprimida a última greve dos operários têxteis da capital pernambucana, pela polícia do governo Cordeiro de Farias. Operários em pleno exercício de um direito

constitucional — o direito de greve, foram espancados, presos e atacados à bala, nas ruas do Recife. Estes têm sido, invariavelmente, os métodos adotados pela camarilha etelvinista, para «solucionar» os problemas sociais do povo pernambucano.

Para vergonha nossa, Pernambuco é o único Estado do Brasil onde as manifestações estudantis são provocadas por policiais e dissolvidas à bala. Estudantes são presos e espancados pela polícia, a ponto de serem removidos para o Hospital de Pronto So-

FRENTE ÚNICA PARA DERROTAR O ETELVINISMO

Irineu Ferreira

corro, como aconteceu recentemente com dois estudantes de medicina.

As farsas e os atentados à liberdade de imprensa são frequentes em Pernambuco. Sob o guante dos srs. Etelvino Lins e Cordeiro de Farias, Pernambuco atravessa uma situação de miséria sem precedente. A indústria é tolhida na sua necessidade de desenvolvimento, sobrecarregada pelo peso dos altos impostos e pelo preço de energia elétrica cada vez mais alto. Colocando-se frontalmente contra o povo, o governo do sr. Cordeiro de Farias torna-se conveniente com a «Pernambuco Tramways» (subsidiária da Bond and Share), na espoliação que essa empresa imperialista impõe ao povo pernambucano, e já se propõe, se eleito o sr. Jarbas Maranhão, a renovar o contrato do «poivo lanque», cujo término está previsto para 1962.

As massas trabalhadoras são cada vez mais atingidas pelo crescente custo da vida, pela falta de habitação condigna, de hospitais, de transportes e de liberdade para protestar contra os abusos do próprio governo e para reivindicar os seus direitos.

Esta situação, que o povo enfrenta há anos, criou um descontentamento generalizado entre as massas populares, que logo se estendeu às demais classes e camadas da população, transformando-se naquele magnífico movimento de protesto, que foi a greve geral do ano passado. Nela vimos fundir-se operários e industriais, comerciantes e comerciantes, homens de todas as classes, de todos os partidos e das mais diversas religiões, dominados por um só sentimento — libertar Pernambuco das garras do «etelvinismo» e abrir

para o seu povo o caminho do progresso, do desenvolvimento industrial e do bem-estar.

A partir de então, tem crescido esse sentimento popular contra o «etelvinismo» e tudo o que ele representa. Foi esse sentimento que levou a se darem as mãos, forças tão heterogêneas como a UDN, PTB, PSB, PTN, comunistas e apoio político tão importante como seja o do sr. Pelópidas Silveira, prefeito da capital e do sr. José Lopes Siqueira Santos, numa coalizão ampla, aberta a todos que desejem lutar pela emancipação de Per-

que lhe foi fechada qualquer possibilidade de manutenção da sua candidatura. Colocou-se nas primeiras filas desses protestos, boa parcela do povo pernambucano, particularmente a sua mocidade estudantil, a quem o sr. Etelvino sempre dedicou um ódio particular. Assim, pela primeira vez, os desejos do velho policial foram frustrados.

Ainda em 1955, nas eleições para a escolha do prefeito do Recife, não obstante as manobras, as chantagens, as chicanas judiciais e as infâmias anticomunistas utilizadas pelo sr. Etelvino e seu grupo, seu candidato foi fragorosamente derrotado pela frente única que então se formou em torno do atual prefeito da capital pernambucana, sr. Pelópidas Silveira. Esta foi outra amarga derrota do etelvinismo, imposta pelo povo do Recife.

Mesmo agora, quando se iniciaram as primeiras demarques para tratar da sucessão do governo de Pernambuco, o sr. Etelvino Lins se proclamava candidato. A mobilização e unificação das oposições forçou a que ele abandonasse a sua pretensão e lançasse o nome do inimigo da véspera, sr. Jarbas Maranhão, a fim de manter o resto da sua decrescente situação política no Estado. O Sr. Etelvino Lins espera poder eleger o sr. Jarbas, para governar por trás das cortinas do Palácio das Princesas, como o faz atualmente, em relação ao sr. Cordeiro de Farias.

Engana-se mais uma vez, o ex-chefe da DOPS pernambucana. Tudo nos leva a crer que a 3 de outubro, o sr. Etelvino Lins e seu grupo sofrerão a mais espetacular derrota de toda a sua vida política. O nível atingido pelas forças democráticas e nacionalistas, a natural repulsa do povo ao etelvinismo, o grau de consciência atingido pelas massas populares, já revelada nas eleições de 1955, abre a possibilidade de vitória para os candidatos das oposições. Já é tempo de liquidarmos com o etelvinismo. Pernambuco quer crescer e progredir.

As massas trabalhadoras da indústria e do campo, a mocidade das escolas, enfim, os homens e mulheres do povo, na luta contra o «vice-reinado» de Etelvino, nada têm o que perder, e têm muito a ganhar cerrando fileiras em torno das oposições, para eleger Cid Sampaio e Pelópidas Silveira. As próximas eleições marcarão o início de um período de liberdade, progresso e bem estar para o povo pernambucano e poderão ser o «canto do cisne» do etelvinismo em Pernambuco.

DECLARAÇÃO DOS PAISES PARTICIPANTES DO TRATADO DE VARSOVIA

(Continuação da 4a. página)

desses agrupamentos agressivos. Os membros do Tratado de Varsóvia apelam aos governos dos países que formam a União do Atlântico Norte no sentido de não permitirem neste momento decisivo qualquer passo que possa piorar a já tensa situação na Europa e em algumas outras partes do mundo. Para que o perigo de guerra não aumente e sim se reduza, para que a precaução e a desconfiança de uns países para com outros cedam lugar à confiança e à cooperação prática, é antes de tudo necessário evitar ações como as insensatas operações da aviação militar americana ou como a decisão de armar atômica a Alemanha Ocidental, o que constitui um desafio a todos os povos europeus.

REDUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Os países socialistas da Europa e da Ásia deram muitas provas de sua boa vontade e aspiração de cooperar com outros países em prol da consolidação da paz entre os povos. Todos os participantes do Tratado de Varsóvia reduziram por várias vezes e unilateralmente suas forças armadas, cujos efetivos diminuíram a partir de 1955 de um total de 2 milhões e 477 mil homens. O armamento, os recursos técnicos militares e as despesas desses países com a defesa foram correspondentemente reduzidos. Durante o referido período as forças armadas da União Soviética foram reduzidas de 2 milhões e 140 mil; República Popular da Polónia: de 141.500; República da Tchecoslováquia: de 44 mil; República Democrática Alemã: de 30 mil; República Popular da România: de 60 mil; República Popular da Bulgária, de 18 mil; República Popular da Hungria, de 35 mil; República Popular da Albânia, de 9 mil.

Ninguém pode negar: países que reduzem suas forças armadas em proporções tão consideráveis não se preparam para a guerra e sim para a cooperação pacífica. E ao contrário, quando os Estados aumentam o armamento, multiplicam as forças armadas, estamos diante de um índice seguro do que pensam, e mais, certamente, aqueles que determinam sua política, não em paz e sim em guerra.

Constata-se, assim, que a redução pelos países do Tratado de Varsóvia de suas forças armadas e despesas com armamento, as ações da NATO respondem com o aumento dos seus efetivos, dos orçamentos militares e ampliação dos armamentos. Enveredando

por tal caminho, os dirigentes da NATO desejariam impedir o alívio da tensão internacional e o entendimento entre os países, — o que assegura a coexistência pacífica entre os mesmos, — e assim incitar os países do Tratado de Varsóvia a participarem da corrida armamentista, da «guerra fria», o que freia a construção da paz e a elevação do nível de vida dos povos nos países socialistas. Tudo isso obriga os povos a estarem alertas e a intensificar sua atividade na luta contra as forças que atuam no sentido dos preparativos de guerra.

UM ATO DE HUMANISMO

Os participantes da Conferência orgulham-se pelo fato de que entre as três potências que possuem a arma nuclear, foi justamente um país membro da Organização do Tratado de Varsóvia — a União Soviética — quem praticou um ato do mais grandioso humanismo ao decidir a cessação unilateral das provas com todos os tipos de arma atômica e de hidrogênio. Esse passo nobre e de importância histórica abre caminho para se livrar definitivamente a humanidade da ameaça de ser aniquilada pela guerra atômica.

O governo da República Popular da China tomou a decisão — e a pôe em prática a ritmo acelerado — de retirar os voluntários da Coreia. Os Estados Unidos prestariam grande contribuição à consolidação da paz no Extremo Oriente e à regulamentação do problema coreano se seguissem o exemplo da China Popular e retirassem suas forças da Coreia Meridional, acabando também com todas as bases em seu território.

Ao apresentar a proposta de se criar na Europa Central uma zona livre da produção, distribuição e emprego da arma atômica, de hidrogênio, e de foguetes, o Governo da República Popular da Polónia tomou valiosa iniciativa, que teve ampla acolhida internacional, para se afastar o perigo de guerra atômica na Europa.

A proposta do Governo da República Democrática Alemã, visando a criação de uma Confederação Alemã, abriu a possibilidade real para se liquidar a situação anormal em que a Alemanha, 13 anos após terminar a guerra, ainda se encontra dividida em duas partes. Os governos dos países representados na Conferência emprestam a devida importância a essa proposta e manifestam seu pleno acordo.

A CONFERENCIA DE CÚPULA

Com a finalidade de regulamentar os problemas internacionais já maduros e satisfazer as exigências universais dos povos de que se tomem medidas para aliviar a tensão internacional e pôr fim à «guerra fria», a União Soviética — após consultar os demais países socialistas — apresentou a proposta de se convocar uma conferência de cúpula entre os dirigentes dos países do Oriente e do Ocidente. Em vista das condições hoje vigentes, os governos dos países do Tratado de Varsóvia consideram a conferência de cúpula como importantíssimo meio de se preservar a humanidade da catástrofe nuclear e para orientar no sentido da consolidação da paz o desenvolvimento dos acontecimentos na arena internacional.

Os participantes da Conferência manifestam sua satisfação pelo fato de que na ordem do dia proposta pela parte soviética para a conferência de cúpula constem os problemas para cuja solução existem premissas reais e cuja regulamentação contribuiria para melhorar a situação, reforçar a segurança na Europa e desfazer a desconfiança recíproca, isto é:

1. Cessação imediata das provas com arma atômica e de hidrogênio;
2. A URSS, os EUA e a Inglaterra recusam-se a empregar a arma nuclear;
3. Criação na Europa Central de uma zona livre da arma atômica, de hidrogênio e de foguetes;
4. Celebração de um acordo de não-agressão entre os países membros da União do Atlântico Norte e os países participantes do Tratado de Varsóvia;
5. Redução dos efetivos das forças estrangeiras que se encontram no território da Alemanha e dentro dos limites dos países europeus;
6. Elaboração de um acordo quanto às questões que visem a evitar um ataque de surpresa;
7. Medidas para ampliar as relações comerciais internacionais;
8. Cessação da propaganda de guerra;
9. Meios de se aliviar a tensão nas regiões do Oriente Próximo e Médio;
10. Não utilização do espaço cósmico com finalidades militares, liquidação das bases militares estrangeiras em territórios alheios e cooperação interna-

cional no domínio do espaço cósmico;

11. Celebração do tratado de paz com a Alemanha;
12. Desenvolvimento das relações e contatos entre os países.

QUESTÃO PRIMORDIAL

Entre essas questões ocupa o primeiro lugar a cessação das provas com a arma atômica e de hidrogênio. Os governos responsáveis pelos destinos de seus povos não têm o direito de ignorar as advertências de milhares e milhares de cientistas dos mais diferentes países do mundo sobre a nefasta influência das provas com a arma atômica e de hidrogênio e as terríveis consequências da guerra nuclear. Não se pode também deixar de considerar as admoestações dos cientistas no sentido de que se continuarem as provas com a arma atômica e de hidrogênio, como tem acontecido até hoje, em cada geração milhões de pessoas serão vítimas de doenças hereditárias.

A cessação imediata das provas com a arma atômica e de hidrogênio corresponde aos anseios e esperanças dos povos de todos os países do mundo aterrorizados pelas terríveis consequências dessas provas. O acordo quanto a essa questão poria fim à criação de tipos novos e cada vez mais mortíferos de armas nucleares e representaria grande passo no caminho da cessação da corrida aos armamentos atômicos.

Não se pode deixar de perceber que a recusa dos governos dos EUA e da Inglaterra em seguir o exemplo dado pela União Soviética, e a continuação por eles das provas com a arma atômica e de hidrogênio, só podem levar a humanidade à posição crítica nessa importantíssima questão para os destinos do mundo, e a pesada responsabilidade por esse fato caberia totalmente ao governo dos Estados Unidos e da Inglaterra.

UMA ZONA SEM ARMA ATÔMICA

Os participantes da Conferência declaram que os povos dos países, por eles representados, plenamente decididos a utilizar todos os meios em prol da consolidação da paz e para evitar a catástrofe de uma nova guerra mundial, estão interessados em que no centro do continente europeu se crie uma zona livre da arma atômica, de hidrogênio e de foguetes, incluindo ambos os Estados Alemães — a RDA e a RFA, — e também a Polónia e a Tchecoslováquia.

(Conclui na 11a. página)

PROBLEMAS de NOSSA POLITICA

Trabalhar Pela Aliança Operário - Camponesa

Para que as lutas do povo brasileiro pela libertação nacional, a democratização e o progresso do país, tenham um desenvolvimento consequente, é condição indispensável a organização e mobilização das grandes massas camponesas. Não conseguiremos sacudir o jugo imperialista que impede o nosso progresso sem mobilizar todas as forças sociais nisso interessadas. Entre as massas, as camponesas constituem a massa mais numerosa. Por outro lado, não será possível transformar o Brasil de nação agrária para uma nação agrária-industrial adiantada, sem a criação de um vasto mercado interno capaz de consumir os produtos da nova indústria nacional. Para isso, será preciso eliminar o atraso e a miséria em que vivem as massas camponesas, incorporar essas massas a uma vida econômica, política e social ativa. Os camponeses devem ser mobilizados como força anti-imperialista e também como força antifundamental, profundamente interessada na modificação da estrutura agrária do país, causa principal do nosso atraso crônico. Mas, como o resultado da Declaração política do C.C. do movimento camponesa, se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização.

Esse atraso do movimento camponesa tem determinado que várias iniciativas de forças políticas interessadas em modificar a situação existente no campo, não tenham sido levadas a cabo vitoriosamente. Tal como aconteceu com o projeto de lei sobre a extensão de legislação trabalhista ao campo e outros. Embora haja outras forças interessadas nas medidas de reforma agrária capazes de levar o progresso ao campo, nenhuma delas tem as condições de ligar-se aos camponeses, organizá-los e mobilizá-los, e nenhum tem tanto interesse nisso, quanto o proletariado.

O campones é o mais próximo aliado do proletariado. Do desenvolvimento e fortalecimento da aliança entre operários e camponeses dependerá, não só a mais rápida vitória da luta de libertação nacional, como a criação de melhores condições para a passagem à posterior etapa da revolução — a etapa socialista.

Por isso o proletariado deve, utilizando a sua experiência de luta e a sua organização, ir em auxílio dos camponeses, ajudá-los nas lutas pelas suas reivindicações, a vencer o atraso em que se encontram, seja no terreno das lutas econômicas ou das lutas políticas.

Essa luta para ser eficiente e favorecer a formação da aliança operário-camponesa deve levar em consideração a situação em que os camponeses se encontram.

Para impulsionar o movimento campones diz a Declaração do C.C., é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais mediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização.

Como vemos, não se trata de levantar palavras de ordem de reivindicações que os

camponeses não estão em condições de compreender. Pelo contrário, trata-se de partir do nível de compreensão já atingido pelos camponeses e de lutar dentro da legalidade vigente no país pelas reivindicações que eles sentem e entendem ser um direito seu mesmo nos quadros do atual regime. Só assim será possível o movimento de massas entre os trabalhadores agrícolas.

Essa luta deve de ser conduzida por meios legais, através de associações rurais e cooperativas, sindicatos de assalariados agrícolas, etc. O estabelecimento de ligações entre os sindicatos operários das cidades e essas organizações do campo possibilitará ao proletariado transmitir aos camponeses a sua experiência de luta e de organização. Ao mesmo tempo, esses contatos irão forjando a aliança operário-camponesa na prática das lutas, mediante a solidariedade, o apoio que os operários prestarão, em todos os sentidos, às lutas dos camponeses e vice-versa.

Nesse sentido, é importante a ajuda que os operários podem dar aos seus aliados do campo sob o aspecto jurídico e parlamentar. A classe operária pode, com a experiência que possui neste terreno, não só orientar acertadamente os camponeses na que já têm assegurados, na defesa jurídica dos direitos apresentados de projetos de lei que correspondam aos seus interesses, etc., como pode também influir decisivamente na organização da ação de massas para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento.

A medida que se desenvolver essa colaboração mútua entre a classe operária e os

camponeses, será mais fácil para o proletariado ganhar o campesinato para as lutas mais altas dentro da frente única antilimperialista.

Forjar a aliança operário-camponesa é parte indispensável do processo de conquista da hegemonia do proletariado na revolução brasileira. Classe operária e campesinato juntos, constituirão uma força invencível que exercerá um papel catalizador sobre todas as combinações antinacionais e antipopulares das forças inimigas e levará a vencida todos os obstáculos que se apresentarem no caminho do desenvolvimento democrático e independente do país.

Pelo contrário, a demora em forjar essa aliança, retardando não apenas o movimento campones, mas atasa também o desenvolvimento da frente única antilimperialista e antifundamental, dando alento às forças entreguistas para organizarem sempre novas investidas contra os interesses nacionais e contra as conquistas democráticas e progressistas do nosso povo.

Pos isso, os comunistas, atentando para o enorme atraso em que se encontra o trabalho no campo, não devem perder um minuto de tempo em voltar-se para os camponeses, ajudá-los a organizar suas lutas, a criar novas organizações de massa onde estas ainda não existem e estabelecer fortes vínculos entre as organizações de massas camponesas e as do proletariado, abrindo, assim, o caminho para o desenvolvimento e fortalecimento da aliança operário camponesa, a fim de apressar o desenvolvimento da luta libertadora do nosso povo.

"O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética saudá cordialmente os camaradas socialistas italianos pelas grandes conquistas eleitorais que, como os êxitos dos camaradas comunistas, servem à causa do ulterior reforço e da coesão das forças democráticas do povo italiano e à sua luta conjunta pela paz e o progresso social. Neste glorioso caminho almejamos novos êxitos ao Partido Socialista Italiano.

O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética".

Crítica ao Revisionismo

"No editado na República Popular da China um volume contendo artigos publicados pelos Partidos Comunistas e Operários de diversos países criticando o revisionismo moderno na Liga dos Comunistas da Jugoslávia. A recopilção é aberta por um editorial de "Jemjipao", seguindo-se o artigo da revista soviética "Communist". São editados também artigos publicados na Tchecoslováquia, Hungria, França e outros países.

Do CC do PCUS ao CC do Partido Socialista Italiano

DECLARAÇÃO DO P.C. ARGENTINO

O Partido Comunista da Argentina divulgou uma declaração sobre o projeto de programa da Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Na declaração se diz que o PC argentino, depois de tomar conhecimento do referido projeto de programa que contém um série de apreciações que estão em pugna com a essência da teoria marxista-leninista e, em particular, com a histórica Declaração dos Partidos (Comunistas e Operários de novembro de 1957 — a qual nosso Partido deu sua plena adesão — manifestou seu desacordo e resolveu não enviar uma delegação fraternal ao Congresso da Liga dos Comunistas Jugoslavos.

A declaração do PCA conclui dizendo:

"No que se refere a nos-

so próprio Partido, o Comitê Executivo ampliado considera que, ao mesmo tempo que deve liquidar todo resquício de sectarismo, deve estar atento ao surgimento de qualquer bróto revisionista, oportunista de direita, para extirpá-lo a tempo, como o fizera em 1953 com o desvio nacionalista-burguês.

O PCI — FORÇA NACIONAL E POPULAR

Analisado os resultados das recentes eleições gerais realizadas na Itália, o Secretário geral do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti, escreveu em "L'Unità":

"Ficou demonstrado que os comunistas constituem uma força nacional e popular com raízes entre os operários, os camponeses e a classe média. O Partido Comunista Italiano obteve nestas eleições 460 mil votos mais do que nas eleições de

Plataforma do Comitê Regional Da Paraíba do P. C. B.

Medidas de emergência diante do flagelo das estiagens: distribuição de gêneros alimentícios entre as massas de flagelados por parte do Governo; envio de uma Comissão de médicos e medicamentos para a zona das secas; construção de abrigos para os flagelados; dar emprego aos desocupados da região das secas; suspensão imediata dos descontos de 30 por cento procedidos nos salários dos flagelados; maior fiscalização na distribuição dos gêneros alimentícios e nas verbas destinadas aos socorros aos flagelados.

Medidas de combate às secas que deverão ser executadas:

a) Amplo estímulo ao plano de agricultura; pequenos e grandes açudes; construção de canais de irrigação; b) adaptação de bombas elétricas para irrigação das zonas mais altas e margens de rios perenes; c) montagem de novas turbinas elétricas com aproveitamento da água das barragens; d) perfuração de poços artesianos com adaptação para bombas e) reflorestamento das nascentes dos rios;

Aumento da renda do Estado, através dos seguintes meios:

a) maior aproveitamento de energia de Paulo Afonso, para eletrificação, e industrialização das nossas matérias-primas, como o algodão e a agave e demais produtos; b) estímulo à CODEBRO no sentido de iniciar a eletrificação do Estado; c) Defesa das nossas riquezas minerais de teor radioativo, impedindo a sua exportação para o exterior.

Defesa da economia do Estado pelos seguintes meios:

a) Preços mínimos para o algodão e agave de acordo com a tabela de reivindicações dos produtores;

Criação de Cooperativas de algodão e agave para exportação dos mencionados produtos e industrialização das fibras; a) Empréstimos e planificação pelo Banco do Desenvolvimento Econômico ou do Nordeste para a cooperativa dos produtos do ALGODÃO E DA AGAVE.

Política de restrição à ação da SANBRA e ANDERSON CLAYTON, tomando-se as seguintes medidas: a) requisição e seleção pelos postos do Fomento Agrícola do Estado de toda semente de algodão, sendo as mesmas entregues aos produtores de algodão brasileiros a preços reduzidos; b) criação pelo governo do Estado de armazéns e silos; c) fornecimento pelo Estado de inseticidas, ferramentas e pulverizadores a preços de custo aos camponeses; d) requisição pela COAP, da torta, impedindo as manobras da SANBRA e ANDERSON e sendo entregues diretamente aos produtores a preço tabelado pela COAP.

Defesa das massas camponesas pelos seguintes meios:

a) Distribuição a título de posse das terras devolutas do Estado, assim como as faixas de terra devoluta pertencentes às fazendas do Estado, com as famílias camponesas; b) tabelamento do fôro de acórdão com a fertilidade das terras; c) liberdade para os camponeses comprar e vender seus produtos onde lhes convier; d) criação de postos médicos da União nas concentrações de camponeses com distribuição de medicamentos gratuitamente, criação de escolas rurais para os filhos dos camponeses.

Defesa do nível de vida das massas, pelas seguintes medidas:

a) aumento dos vencimentos dos funcionários públicos e assalariados que prestem serviço ao Estado ou ao Município; b) estímulo à criação de postos do SAPS e COAP em todas as cidades e distritos com a participação dos Sindicatos como fiscalizadores dos preços.

Consolidação e ampliação da legalidade DEMOCRÁTICA, através das conquistas asseguradas pela Constituição da República e do Estado; b) garantia de direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores da cidade e do campo e legalidade para o Partido Comunista do Brasil.

VIDA do Partido COMUNISTAS e OPERÁRIOS

1953. DO PC DA ESPANHA E TODAS AS FORÇAS POLÍTICAS DO PAÍS

Em relação com recentes greves operárias que deflagraram em diversas regiões da Espanha — os mineiros das Astúrias e de León, os metalúrgicos e textéis de Barcelona, os trabalhadores de Valência, Sagunto, Euzkedi e Navarra — o Comitê Central do Partido Comunista da Espanha lançou um manifesto a todas as forças políticas do país, conclamando-as à unidade de ação pela derrubada da tirania de Franco.

O documento diz entre outras coisas: "O Partido Comunista declara novamente nesta oportunidade perante a classe operária em luta, perante todos os espanhóis, sua determinação de chegar a um acordo com o Partido Socialista, os Partidos republicanos, a democracia cristã e os grupos católicos, os setores da oposição liberal, os socialistas, monárquicos e militares e inclusive os grupos dissidentes da Falange, para por fim por meios pacíficos ao regime de ditadura e restabelecer os direitos democráticos dos espanhóis, sem vinganças nem represálias.

Uma das dificuldades mai-

ores que ainda subsistem para chegar à coordenação das forças de oposição esta nas dúvidas, vacilações e temores das forças de oposição de direita, tanto civis como militares, em romper aberta e publicamente com o regime. Perceberão estas forças que suas vacilações servem ao general Franco para prolongar sua tirania especulando com uma força mais aparente do que real e criando novas dificuldades para a passagem pacífica da ditadura a um regime de liberdades?

"A classe operária e as forças democráticas sabem que entre os grupos de direita se acentuam as tendências de oposição ao general Franco. Mas necessitam não de cochichos e conversações, porém de fatos que demonstrem a decisão dos referidos grupos de contribuir positivamente para a solução do problema político espanhol. Uma declaração de ruptura destas forças com a ditadura aplainaria o caminho para o entendimento e a coordenação da atividade das forças de direita e de esquerda.

UMA TRÉGUA POLÍTICA
O documento do PC da Espanha acrescenta que o Partido estaria de acordo com uma trégua política entre as forças antifranquistas, trégua que se iniciaria desde agora, no sentido de renunciar aos

mútuos ataques, sem menosprezar a independência de cada Partido e grupo político e da crítica construtiva, particularmente no terreno ideológico.

URGENCIA DE ACORDO ENTRE COMUNISTAS E SOCIALISTAS

O documento prossegue dizendo:

"O Partido Comunista considera necessário nas graves circunstâncias atuais insistir de novo junto ao Partido Socialista sobre a importância e a necessidade que para a luta contra a ditadura tem o acordo entre os partidos operários." "Nos últimos tempos se tem observado certas mudanças positivas na atitude do Partido Socialista para com o Partido Comunista, o que nos alegra, como a greve a todos os que estão interessados no rápido fim da ditadura. Mas ainda restam a vencer sérias dificuldades, principalmente a recusa sistemática da direção do Partido Socialista de iniciar uma discussão oficial entre os dois Partidos, visando, chega a um acordo, sobre questões vitais para a Espanha e para a classe operária.

Concluindo, o Partido Comunista se dirige ao Comitê Diretor do Partido Socialista, propondo-lhe entrar em contacto para examinar conjuntamente a situação.

As Campanhas Salariais E a Situação Política

Luis Ghilardini

ESTAMOS diante de uma nova onda de lutas dos trabalhadores por aumento de salários e outras reivindicações. No Distrito Federal, no momento estão em franca luta, ou preparam-se para ela, entre outras categorias profissionais, os trabalhadores da Light (Carris e Telefônica), metalúrgicos, sapateiros, trabalhadores em bebidas e frios, trabalhadores em construção civil, os empregados das companhias de ônibus — que após a greve realizada prosseguem na luta —, bancários, etc.. Nos estados, tudo indica que a situação não é diferente. Nos últimos dias de maio entraram em greve os gráficos da Bahia e na semana próxima passada, os trabalhadores na indústria de Laticínios de S. Paulo, processando-se ainda negociações em torno de aumento de salário entre numerosos sindicatos de trabalhadores e os patrões. Recentemente foram vitoriosos, obtendo aumentos, os comerciantes do Rio, os portuários de Imbituba, Sta. Catarina, os trabalhadores de uma série de empresas subsidiárias da Light, no Estado de S. Paulo, os marítimos da Guanabara, os estivadores e os telegrafistas, estas duas últimas categorias em âmbito nacional. Ao mesmo tempo, já está em andamento a campanha pelo estabelecimento dos novos níveis de salário mínimo.

O que está impelindo os trabalhadores a esta luta, não é apenas a legítima aspiração de querer melhorar as próprias condições de vida, mas principalmente a disposição de não aceitar a pauperização crescente imposta pelo empobrecimento absoluto a que estão ameaçados de ver-se reduzidos pela alta desenfreada do custo da vida. O elevado ritmo desta alta tem sido negado pelos interessados em não aumentar os salários. Assim, o presidente da Federação Nacional dos Telegrafistas ao dar conta do resultado das negociações nos seus comandados dizia consistir a política do governo em afirmar que o aumento do custo de vida não excedera a 12 por cento. Os comerciantes do Distrito Federal alegam que esse aumento em caso nenhum excede a 18 por cento, enquanto que os técnicos do Sindicato dos empregados encontraram índices nunca inferiores a 45 por cento. No Rio, somente nas passagens de ônibus o aumento foi entre 28 e 50 por cento e há perspectivas de aumentos semelhantes nas passagens dos lotações.

Na verdade, o operário que vê o seu salário mensal com o mesmo sem chegar a satisfazer completamente as suas necessidades mais elementares e a dona de casa que precisa distribuir equilibradamente os magros recursos do orçamento doméstico, não precisam de consultar estatísticas para cientificar-se da alta do custo da vida. A diminuição da quantidade de bens necessários à vida, que pode adquirir, é uma prova irrecusável que não aceita os desmentidos das estatísticas oficiais.

Alé dos motivos crônicos, resultantes da estrutura arcaica do país, uma das principais causas do aumento do custo de vida é que o governo brasileiro não sabe, ou não quer, livrar a economia nacional do abraço estrangulador do imperialismo norte-americano. As concessões que os círculos financeiros dos Estados Unidos exigem para dar os empréstimos que o governo brasileiro pede, e dos quais necessita para fazer frente às dificuldades que nos foram criadas pelos próprios trustes, irão agravar ainda mais a situação econômica do país e dar um novo e maior impulso ao encarecimento da vida. Recentes medidas tomadas pela SUMOC no setor da política cambial encarecerão ainda mais os artigos de importação essenciais à economia nacional. Segundo podemos ver em o "Diário de Notícias" de 15 deste, a instrução 168 daquele órgão econômico, (já conhecida como instrução anti-Petrobrás) encarece em 40 por cento os equipamentos que a Petrobrás necessita importar e diminui os recursos desta empresa estatal em 4 bilhões de cruzeiros. É evidente que isso significará combustível mais caro que irá encarecer mais o transporte, elevando-se novamente o custo da vida.

Assim, o que a classe operária e demais camadas trabalhadoras devem fazer é redobrar a luta em defesa do seu nível de vida. Esta luta tem a particularidade de ser travada,

contra empresas imperialistas e entre forças como a classe operária e a burguesia, que ao mesmo tempo lutam em frente única contra a dominação dos trustes norte-americanos. Ela tem dado margem a um maior esclarecimento acerca da exploração de que são vítimas, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da sua unidade em torno da classe operária, na luta pelos interesses comuns a todas as classes e camadas trabalhadoras.

Na luta dos trabalhadores da Light, por exemplo, o polvo canadense não cumpre o acordo firmado no DNT, de aumento de 20 por cento nos salários, exige para isso que lhe seja concedido novo aumento de tarifas, alegando déficit nos serviços prestados. Ante a luta dos trabalhadores e a resistência da população em aceitar o aumento de tarifas, estabelecidas pelos jornais, entre a empresa imperialista e elementos da comissão de tarifas da prefeitura, no qual vem à baila uma vez mais o caráter rapace da exploração a que a empresa imperialista submete o povo brasileiro, as artimanhas e meios excusos que utiliza para ludibriar o fisco, fugindo ao pagamento de impostos etc.. Vai ficando, assim, cada vez mais clara para os trabalhadores e para todo o povo qual a natureza da ajuda que os trustes dão à economia do país.

Outras lições igualmente valiosas vem a classe operária aprendendo com aquele aspeto da sua luta que revela a tendência da burguesia de querer "recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades", como diz a Declaração política do C. C. do PCB.

A greve dos ônibus do Rio, diga-se de passagem por se tratar de um setor onde a reação tem se empenhado ao máximo em impedir movimentos reivindicativos, e ainda por tratar-se de uma categoria de trabalhadores muito dispersa e por isso mesmo pouco afeita à organização e à disciplina, demonstrou o alto grau do sentimento de unidade e a combatividade desses operários. Mas, o que não é menos importante, é que, com a greve, ficou à mostra, para todo e público, a calva dos proprietários de empresas. Com efeito, no afã de demonstrar a "nocividade" da greve, os ditos proprietários falaram aos jornais sobre os elevados prejuízos que a mesma lhes teria acarretado. E os "prejuízos" por eles alegados são de veras elevados, o que significa não serem menos elevados os lucros, nos dias em que não há greve. Além disso, tornou-se público que, cerca de 10 empresas, entre as quais algumas das menores, — o que quer dizer que menores também são os seus lucros, — já estavam pagando o salário reivindicado pelos grevistas, salário esse que as demais empresas mais fortes e, portanto, mais rentáveis, ainda continuam negando-se a pagar. É claro então que, exigir aumento de tarifas sob o pretexto de atender a aumentos de salários não passa de uma manobra para extorquir mais dinheiro ao público, particularmente aos trabalhadores.

Não é diferente o que ocorre em São Paulo, na indústria de laticínios. Enquanto o grosso das empresas exige uma absurda majoração nos preços do leite para atender ao aumento de salário, obrigando os trabalhadores a entrar em greve, outras empresas já estão pagando o aumento pleiteado, sem qualquer aumento no preço do produto.

Os trabalhadores precisam estar atentos às mais variadas formas que os patrões utilizam para a ofensiva contra o seu nível de vida. Os estivadores, por exemplo, viram-se obrigados a lutar contra a anulação da taxa de insalubridade para a estiva do sal, mediante a qual os patrões queriam reduzir-lhe o salário em 35 por cento.

Outro exemplo: no acordo, que concedeu aumento aos comerciantes do Rio, figura um item, segundo o qual não serão obrigados a pagar o aumento as empresas que provarem estar em situação deficitária. Este item, que com certeza não foi incluído no acordo por desejo dos empregados, não se destina, é evidente, a proteger os comerciantes em situação deficitária. O destino destes é vir engrossar as fileiras do proletariado. Essa é uma consequência irredutível do desenvolvimento do capitalismo e quanto mais ele se desenvolver mais freqüente será o fenômeno do arruinamento dos pequenos comerciantes que serão obrigados a dar o braço aos operários. Em compensação não será difícil, a casas comerciais muito prosperas, provar uma situação deficitária inexistente e furtar-se, assim, ao pagamento do aumento. Esta é uma nova forma, embora possa revelar-se ineficiente, dos capitalistas investirem contra o nível de vida dos trabalhadores — fazê-los responder com o seu salário pelos déficits das empresas, existentes ou não, ao mesmo tempo que lhe negam os meios para pagar os aumentos de preços.

As últimas lutas revelaram o fato altamente positivo do desenvolvimento crescente de uma aliança entre os operários e as camadas da pequena burguesia urbana, notadamente os estudantes. Na paralização dos ônibus do Rio, por exemplo, os estudantes fizeram da greve uma causa sua e se empenharam a fundo para obter solução satisfatória para a mesma. Essa aliança deve ser cuidadosamente cultivada e fortalecida. Os trabalhadores devem levar muito em conta isso nos seus próximos movimentos. Mesmo porque, os patrões, que têm a seu lado a polícia e os órgãos mais reacionários da imprensa, tentam isolar os trabalhadores do restante da população, procurando lançar sobre os grevistas as culpas dos sacrifícios impostos ao povo e que, aparentemente devem-se aos movimentos reivindicatórios, mas na verdade devem-se à sede insaciável de lucro dos patrões.

Óra, em muitos casos as consequências das greves recaem pesadamente sobre a população. Na medida do possível, os trabalhadores procuram atenuar, o sacrifício que a ela é imposto. É o caso atual dos trabalhadores na indústria de laticínios de São Paulo, que resolveram fazer a greve em rodízio pelas empresas, a fim de que o leite não falte ao público. De qualquer forma, sendo evidente que as greves afetam a coletividade, essa é mais uma razão para que os trabalhadores, na preparação das suas lutas, dediquem especial atenção à conquista da solidariedade das demais categorias pro-

dução e de toda a população. Isso assegurará a rápida conquista das reivindicações e fortalecerá a unidade de todo o povo na luta em defesa dos seus interesses.

Finalmente, nas lutas que estão sendo travadas e que, tudo indica, irão avolumar-se, os trabalhadores não devem esquecer o papel político que devem desempenhar. No momento a pressão do imperialismo norte-americano sobre o nosso país é maior do que nunca. Os trustes exigem a eliminação das medidas de proteção à indústria nacional, querem a entrega do petróleo etc. Querem colocar homens de sua confiança nos postos-chaves do governo, a fim de não poder espalhar a nossa pátria. O atendimento das exigências dos trustes significará mais carestia, mais miséria para nós. Por isso os trabalhadores não devem esquecer que, se no futuro contra empresas como a Light, ao mesmo tempo que defendem suas reivindicações imediatas, devem denunciá-las como trustes imperialistas inimigos do nosso povo, quando se trata da burguesia brasileira, devem convidar os patrões a lutar contra o imperialismo, contra a exploração dos trustes internacionais, pelo desenvolvimento da economia nacional, sem o que a luta entre a classe operária e a burguesia se agravará sem perspectivas de solução satisfatória. No momento, os trabalhadores, ao mesmo tempo que lutam pelas suas reivindicações imediatas, em defesa do seu nível de vida, devem juntar-se à burguesia e a todas as demais forças nacionalistas e democráticas exigindo que os postos de governo não sejam confiados a entreguistas impostos pelos trustes norte-americanos, que os ministérios que ficarem vagos sejam ocupados por homens reconhecidamente patrióticos e democratas, defensores da soberania nacional e do desenvolvimento independente da nossa economia.

Os trabalhadores podem perfeitamente fazer isso através dos seus Sindicatos. A I Conferência Nacional Sindical e demais conclaves de trabalhadores ultimamente realizados tomaram importantes decisões de natureza democrática e nacionalista. Transformar essas decisões em atividade política prática é agora da máxima importância para o futuro da nação e das lutas da classe operária.



Depois de Moscou, os soberanos do Nepal - Convidados oficiais a uma visita à União Soviética - conhecem a antiga cidade de Kiev. Na foto, o rei Mahendra Bir Bikram e a rainha Ratra Rajya Lakshmi Devi na Kiev Petcherskaia Laura (Mosteiros) de Kiev. FOTO TASS

Acontecimentos da Vida SINDICAL

- As empresas de ônibus do Rio não estão cumprindo o acordo assinado com os trabalhadores e as autoridades trabalhadoras na recente greve verificada. Muitos trabalhadores vêm sendo despedidos por terem participado do movimento. É quase certa uma nova greve.
- A Federação dos Bancários de São Paulo e Paraná enviou ofício à Comissão de Salário-Mínimo da 1ª região, solicitando que a mesma promova uma "revisão de emergência" nos níveis do salário-mínimo.
- Os sindicatos dos condutores de veículos e dos trabalhadores em Carris Urbanos, de São Paulo, pleiteiam a incorporação ao salário do aumento de 1.300 cruzeiros conquistado pelos trabalhadores da CMTC e que aquela companhia teima em pagar como abono. Ao mesmo tempo solicitam providências para que a CMTC regularize as contribuições à CAPFESP, a qual deve cerca de 358 milhões de cruzeiros.
- 500 trabalhadores da empresa de transportes Alto da Mooca, em São Paulo, fizeram greve de 24 horas, exigindo pagamento de indenização a um companheiro demitido. Aquêles trabalhadores reivindicam ainda estabelecimento de escala de folga, remuneração do tempo perdido pelos cobradores para a entrega e conferência da fêrria diária, financiamento dos uniformes, etc.
- O Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza, realizou ato público, ao qual estiveram presentes inclusive representantes dos sindicatos do Maranhão e Pernambuco, a fim de protestar contra portaria do IAPC restringindo os benefícios médico-hospitalares aos trabalhadores. No ato foi lançada campanha por aumento de salários.

REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

NOVOS NÍVEIS AINDA ESTE ANO — OS TRABALHADORES PRECISAM ELABORAR SUAS PRÓPRIAS ESTATÍSTICAS SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO

Os sindicatos de todo o país estão elegendo os membros que deverão compor as comissões de salário-mínimo das respectivas regiões. No Distrito Federal, nesta última semana realizaram-se numerosas assembleias com essa finalidade. Falando à imprensa, dirigentes sindicais cariocas ressaltaram a necessidade de serem estabelecidos os novos níveis de salário-mínimo ainda este ano, pois a alta do custo de vida é evidente e a própria Justiça do Trabalho o tem reconhecido ao determinar, por várias vezes, aumento de salários.

PESQUISA PRÓPRIA
Embora tenham de certo modo que levar em conside-

ração os dados oficiais relativos ao aumento do custo de vida, os trabalhadores não estão dispostos a ficar presos aos dados oficiais, quase sempre em contradição com a realidade. Por isso procuram organizar as suas próprias equipes de técnicos a fim de estarem bem armados no debate contra a argumentação oficial.

Além de mais, isso é necessário inclusive para corrigir certas injustiças existentes na política do salário-mínimo, friso um dirigente sindical, como por exemplo, é o caso do Pará, onde o custo de vida é mais elevado do que no Distrito Federal e o salário-mínimo é inferior ao da capital.

Congresso dos Trabalhadores na Construção

PROBLEMAS DA CRISE — PROGRAMA E ESTATUTOS — DECLARAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS DA AMÉRICA LATINA

Report. de ROBERTO MORENA

Nos dias 9, 10 e 11 de maio passado, realizou-se em Montevideo, capital do Uruguai, o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores da Construção, organizado pelo Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos.

Tomaram parte no Congresso delegados dessa organização dos departamentos (divisão administrativa da República Oriental do Uruguai, que corresponde aos nossos Estados) de Montevideo, Flores, Paysandu, Colônia, Nueva Palmira, Salto, San José, Florida, Canelones e Carmelo, num total de 16 trabalhadores.

Participaram do Congresso as seguintes organizações sindicais não pertencentes ao S.U.N.C.A.: Federação Uruguia de Empregados do Comércio e Indústria de Tacuarembó e Rivera, Sindicato dos Operários da Construção de Rocha, Sindicato da Construção de Fray Bentos, Centro Operário da Fonte de Mercedes, do Soriano, Sindicato de Canteros de Yordum, do departamento de Minas, também num total de 16 delegados. Também participou a Mesa Coordenadora dos Sindicatos da Construção, Madeira e Materiais de Construção, representando 6 organizações com 9 delegados. Ademais tomaram parte nos trabalhos delegados de várias empresas, comitês de setor profissional e comitês sindicais de Juntas, totalizando 45 trabalhadores.

A União Operária da Construção da República Argentina enviou um delegado, a Federação Industrial Nacional da Construção do Chile 2, o Conselho Central dos Sindicatos da Construção e Material da Construção da União Soviética, 9 delegados, em nome dos trabalhadores da construção e metalúrgico do Rio de Janeiro e Porto Alegre compareceram três delegados.

Participaram do certame 94 delegados e foram recebidas 86 adesões da Europa e Ásia, 7 da América Latina e 9 de outras organizações. O Congresso repercutiu no país e no exterior.

Programa de Reivindicações

O principal objetivo do Congresso foi estabelecer um programa de reivindicações capaz de unificar todos os operários que se dedicam à indústria da construção, pois estão organizados em vários sindicatos.

Para discussão desse programa foi apresentado um estudo da situação em que a indústria se encontra atualmente. Há uma crise bem acentuada, não só em virtude da paralisação das construções, tanto no setor privado como nas obras públicas, mas também devido à escassez de material para a edificação. O enorme fluxo de trabalhadores do interior para a capital, sujeitando-se a estes a salários baixos, torna a situação ainda mais difícil. Nesse sentido, o programa aprovado reclama do governo um plano de obras públi-

cas, invertendo mais dinheiro neste setor e diminuindo os gastos com as rôças armadas e com o aparelho policial, a fim de poder fomentar a construção de estradas de rodagem, pontes, e a grande usina de Salto, sobre o rio Uruguai.

No tocante à política dos salários, reivindica um aumento de 50%, fixação de um suplemento de 5 pesos uruguaios (22 cruzeiros cada peso, mais ou menos) para os trabalhadores que de Montevideo tenham que ir trabalhar no interior e de 3 pesos para aqueles que, da capital dos departamentos tenham que deslocar-se a uma distância de mais de 5 quilômetros; suplemento para compensar os gastos da ferramenta quando trabalhar numa só empresa, ou a quantia de 100 pesos dados pelas caixas de Pensões, quando tenham trabalhado em várias empresas, e escala móvel de

salários com revisão cada 12 meses.

Quanto à providência social reivindicam auxílio em ferriedade; assistência médica quando em atividade; lei especial de seguro por desemprego e Bolsa de Trabalho nacional; fixação, por convênio coletivo, de um regime de 25 dias de trabalho mensal garantido; salário completo para o trabalhador acidentado desde o primeiro dia do acidente; eliminação da média de 240 horas diárias para que o trabalhador possa cobrar a indenização por dispensa; medidas contra os inspetores de trabalho que não prestam as informações necessárias ao recebimento das indenizações por parte dos operários, etc.

Um capital importante do programa é o que estabelece a forma de prevenir os acidentes do trabalho e as enfermidades profissionais, tão frequentes na indústria da construção. Reivindica a transformação em lei do decreto que institui uma Comissão tripartite para a prevenção dos acidentes; que seja facultado aos membros operários da comissão fiscalizarem as obras para a aplicação das Leis de Acidentes; rigorosa aplicação de multas às empresas faltosas, não somente às firmas construtoras, mas também aos contratistas e sub-contratistas. Como se amplia cada vez mais a prática das grandes empresas, de contratar e subdividirem o trabalho, que os empreiteiros paguem os direitos completos dos operários, da construção.

O programa contém ainda outros pontos de grande importância, tais como a reivindicação de uma lei que garanta a plenitude dos direitos sindicais, a defesa da paz, proibição do fabrico e uso das armas termonucleares etc.

O Congresso e Fomento da Indústria

Quanto ao fomento da indústria, o Congresso reclama: fontes de trabalho de acordo com os planos já aprovados por vários organismos estatais, a fim de dar imediata solução ao problema do desemprego; início das obras públicas; plano do Instituto Nacional de Vendas Econômicas e de edificação escolar, saneamento, conclusão rápida dos estudos da Comissão Mista Uruguai-Argentina para a construção da represa hidrelétrica de Salto Grande; construção de estradas e obras balneares, etc. Ao mesmo tempo reivindica que o financiamento desses planos de obras seja feito com recursos provenientes de impostos aos latifundiários, imposto de renda e impostos sobre os enormes lucros das empresas estrangeiras.

O Congresso preconiza a criação de um Fundo Nacional Permanente para a construção de casas econômicas, composto com 50% dos recursos que o Banco de Seguros, Caixa de Economia Postal e outras instituições invertem em apartamentos de



Frete à sede do Sindicato, os delegados ao Congresso dos trabalhadores uruguaios na construção

luxo e imposto de 10% sobre o lucro dos bancos, sobre a terra improdutiva, etc.

Completando o programa o Congresso manifestou-se pela manutenção e ampliação das relações do Uruguai com todos os países do mundo.

Amplia-se A Organização dos Trabalhadores na Construção

O Congresso aprovou os Estatutos do S.U.N.C.A. Esse documento que é fruto dos anos de experiência dessa organização sindical, leva em conta também a organização no interior do país. Preconiza a unidade dos trabalhadores da construção, que estão agrupados em várias associações intituladas autônomas, algumas das quais, ligadas a Confederação Sindical do Uruguai, filiada à CIOSL-ORIT. O Sindicato Único, no entanto, membro da U.G.T., filiada, à F.S.M.—CTAL. É evidente que a filiação a organizações continentais e internacionais diversas é ainda um reflexo da divisão sindical existente no país, e impossibilita que os diferentes sindicatos e associações de trabalhadores da construção se unifiquem. O Congresso, entretanto, deu alguns passos no caminho de uma melhor ligação entre todos esses organismos e pela conquista de um programa de luta comum.

Foi eleito um Conselho Executivo do S.U.N.C. de 17 membros e 11 suplentes, composto de representantes das associações departamentais; um Comitê Executivo de 11 membros, com os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário adjunto, secretário de organização, secretário de finanças, tesoureiro geral, tesoureiro adjunto, secretário de Imprensa e Propaganda e dois vogais. Foi ainda eleito um Conselho Fiscal de 3 membros e 3 suplentes.

Unir os Trabalhadores da Construção, Madeira e Materiais de Construção da América Latina

Após o encerramento do Congresso com uma festa de confraternização, realizada na União dos Operários da Indústria Têxtil, os delegados

dos fraternais da Argentina, Chile, Brasil, se reuniram com os dirigentes do S.U.N.C.A. para examinar alguns aspectos das lutas e da organização dos trabalhadores des-

ses ramos profissionais na América Latina. Dessa reunião resultou o seguinte apelo aos trabalhadores de todas as categorias profissionais em nosso continente:

«A TODOS OS TRABALHADORES E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DA CONSTRUÇÃO, MADEIRA E MATERIAIS

Por ocasião da realização do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores da Construção e Ramos Anexos do Uruguai, auspiciado e convocado pelo Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos, que teve lugar na cidade de Montevideo, durante os dias 9, 10 e 11 de maio, estiveram presentes delegações de trabalhadores desta indústria da Argentina, Brasil e Chile, pela América Latina, assim como também representantes de outros países da Europa. No transcurso do Congresso se pôs em evidência a necessidade de um maior intercâmbio de experiências entre os trabalhadores da construção, madeira, móveis e de materiais de construção e suas organizações sindicais.

Constatou-se que melhoraram as condições para levar à prática esse labor de confraternização, em virtude do avanço da consciência democrática dos países da América Latina, impulsionada pela luta dos trabalhadores.

Cada dia que passa se abre o caminho de uma maior estabilidade democrática e constitucional e se vai também assegurando o exercício dos direitos sindicais às massas trabalhadoras.

Nesse sentido, ainda, existe o desejo e a necessidade da unificação dos esforços dos trabalhadores para manter, ampliar e consolidar os direitos democráticos que se vão conquistando. Daí que surge como uma necessidade o intercâmbio de correspondência, delegações, visitas de dirigentes sindicais entre os países de nosso continente especialmente, entre os países limítrofes. Com isso iremos melhorando as relações para uma melhor aproximação e compreensão, com vistas a ações comuns dos trabalhadores de nossa indústria, como uma contribuição a todo o movimento sindical da América Latina.

Nesse sentido as delegações fraternais, representantes no Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores da Construção do Uruguai, estimam que a realização desse certame e suas resoluções, serão uma contribuição à unificação dos trabalhadores da República do Uruguai.

Por isso as delegações presentes ao Congresso chegam a um acordo com os companheiros do Uruguai para manter vivas nossas relações e estendê-las às demais organizações, no marco do reforçamento dos laços de solidariedade para criar as condições para uma melhor aproximação dos trabalhadores da construção, madeira, móveis e materiais de construção, tanto no terreno continental como mundial.

Julgamos que estes são passos iniciais e elementares e esperamos que nossa declaração encontrará cooperação entre os dirigentes e todas as organizações sindicais de nossa indústria, para manter os sentimentos de unidade, condição indispensável para conquistar melhores condições de vida e de trabalho e pela independência econômica e política dos países da América Latina.

Montevideo, maio, 14, 1958
(ass.) José Miguel Zárate — Pela União Operária da Construção da República Argentina.

Juan Campos e Enrique Avendano — Pela Federação Industrial Nacional da Construção da República do Chile
Roberto Morena — Pelo Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Serrarias do Rio de Janeiro.

R. Mário Acosta,
Alercio Moreno,
Agustín Pedroza e
Hederson Cardoso — Pelo Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos do Uruguai".

Churrasco Festivo

Em Benefício de VOZ OPERÁRIA

RIBEIRÃO PRETO, 12 (Do Correspondente) — Realizou-se, no dia 8 do corrente, nesta cidade, um churrasco destinado a auxiliar a VOZ OPERÁRIA.

Esta festa foi organizada por uma grande comissão de leitores e amigos do jornal dos trabalhadores. Do churrasco participaram pessoas de todas as classes sociais, particularmente operários, tendo a reportagem anotado, entre tantos outros, os seguintes nomes: srs. José Biscaro, representando o prefeito municipal; vereador Luciano Lepora, dr. Waldemar B. Pessoa, presidente do Diretório Local do PSB; João Boim, presidente do Sindicato dos Bancários; Anselmo Padilha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; Narciso de Andrade, presidente do Sindicato das Empresas de Energia Elétrica; dr. Pedro Julião, cirurgião dentista; professor Alvaro Cardoso, inspetor de Ensino; dr. Waldemar Lopes Ferraz, médico residente em Olímpia; Almirante Paula Dias, gráfico; Antônio Giroto, representante comercial; dr. Dário Omega; vários ferroviários da Mogiana, além de muitas outras pessoas inclusive senhoras, senhorinhas e crianças.

A senhorinha Ana Maria Reis abrilhantou a reunião executando vários números na sua harmônica. Rogério, ao violino, e Cédilia, ao acordeão, também cooperaram para o êxito dessa parte artística da festa.

Esta feliz iniciativa se deve a uma Comissão de amigos do jornal residentes no bairro Campos Elísios, srs. Antônio Giroto, Albino Teixeira, Luiz Damando, Odete Damando, Momero Junta, Irineu de Moraes, João Quintilha e outros.

DECLARAÇÃO DOS PAISES PARTICIPANTES DO TRATADO DE VARSÓVIA

(Conclusão da 5a. página)

Apoiando a proposta da República Popular da Polónia de criação de uma zona livre da arma nuclear e de foguetes, os participantes da Conferência não procuram para si mesmos quaisquer vantagens militares. Se compararmos as dimensões dos territórios dos países que integrarão a zona desatomizada verificaremos que os territórios da RDA, da Tchecoslováquia e da Polónia ultrapassam mais de duas vezes o território do quarto participante dessa zona, a Alemanha Ocidental. Além disso, a densidade da população dos países do Tratado de Varsóvia contidos nessa zona também supera a densidade da população do país da União do Atlântico Norte que se acha nessa zona.

No que diz respeito à própria produção da arma nuclear, sabe-se que nem a RDA, a Tchecoslováquia, a Polónia e nem a RFA produzem essa arma. Além disso, o governo da RFA, em certa ocasião, assumiu o compromisso internacional de não produzir essa arma no futuro. Tudo isso demonstra não haver nenhum motivo para supor que a criação de uma zona desatomizada represente qualquer benefício militar unilateral para os países do Tratado de Varsóvia, em detrimento dos interesses dos países da NATO. Ao contrário, o realismo da proposta de uma zona desatomizada na Europa reside justamente em que os países do Tratado de Varsóvia e os países membros da NATO, que no conjunto se equivalem por sua importância militar, devem, de acordo com essa proposta, concordar com medidas mútuas, no domínio do desarmamento atômico.

Os participantes da Conferência saúdam a disposição da União Soviética — como uma das grandes potências que possuem a arma nuclear — em assumir a responsabilidade de respeitar o estatuto da zona desatomizada e considerar o território dos países integrantes da zona como excluído da esfera de emprego da arma atômica, de hidrogênio e de foguetes.

ATITUDE NEGATIVA DOS EE. UU

É lamentável que o governo de uma potência fora da Europa — os Estados Unidos — não só se apressasse a declarar sua atitude negativa quanto à proposta de se criar no centro da Europa uma zona desatomizada, como considerasse possível exercer pressão sobre seus aliados europeus da NATO com a finalidade de complicar a apresentação dessa proposta ao estudo da Conferência de cúpula e seu exame subsequente. No entanto, essa iniciativa visa a aliviar a tensão na Europa Central e reduzir a probabilidade de advento da guerra atômica nessa região. A realização dessa iniciativa, como tendência a uma solução parcial, facilitaria o caminho para acordos mais amplos no âmbito do desarmamento e, assim, contribuiria para se alcançar a finalidade principal de todos os povos — afastar a ameaça da guerra atômica na Europa, e, conseqüentemente, da guerra em geral. Deve-se constatar que justamente assim entenderam seu sentido os amplos círculos da opinião pública e os diferentes círculos políticos no Ocidente.

Manifestando verbalmente seu desejo de realizar entendimentos frutíferos os círculos dirigentes de algumas potências da NATO, na realidade, tudo fazem para dificultar a convocação da conferência de cúpula, ou em geral, impedir a realização dessa conferência. Para isso apresenta-se a questão artificial da chamada situação nos países da Europa Oriental, isto é, um problema que de fato não existe. Os participantes da Conferência rejeitam firmemente qualquer discussão desse problema, como inadmissível ingerência nas questões internas de Estados soberanos, incompatível com o direito internacional e com os Estatutos da ONU. Os países participantes da Conferência declaram não permitir nenhuma interferência nas questões internas de seus países, cujos povos tomaram firme e definitivamente o caminho da construção do socialismo e estão inabalavelmente decididos a defender o trabalho de seus povos e sua segurança ante quaisquer conspirações procedentes do exterior.

Quanto à tentativa de apresentar a exame na conferência de cúpula o problema da unificação da Alemanha, essas tentativas só aproveitam aqueles que não querem permitir a convocação da conferência de cúpula e não desejam sua feliz conclusão.

O PROBLEMA ALEMÃO

Os países participantes do Tratado de Varsóvia compreendem perfeitamente a aspiração do povo alemão de acabar com a divisão do país e são pela restauração da unidade da Alemanha e formação de um Estado alemão democrático e amante da paz. Consideram, porém, que esse problema só pode ser resolvido pelo próprio povo alemão representado pelos dois Estados alemães atualmente existentes e exclusivamente por meio do acordo entre eles. Não existe outro meio de resolver o problema alemão. Quaisquer que sejam os direitos que pretendam, os outros países não são compe-

tentes para resolver esse problema à revelia do povo alemão e dos governos que o representam — a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã.

Os participantes da Conferência compartilham plenamente do ponto de vista do Governo Soviético de que a Conferência de cúpula examine a parte do problema alemão cuja solução cabe às quatro potências, isto é, o problema do tratado de paz com a Alemanha. A participação de representantes de ambos os Estados alemães no preparo do tratado de paz — como o propõe a União Soviética — permitirá ao povo alemão ter uma clara perspectiva do desenvolvimento da Alemanha no futuro e seria um impulso à reunião dos esforços da RDA e da RFA para a restauração da unidade nacional e estatal do povo alemão.

Os países participantes do Tratado de Varsóvia emprestam grande importância à participação na conferência de cúpula de Estados neutros não ligados por compromissos militares a nenhum dos agrupamentos bélicos opostos e que têm revelado sua fidelidade à causa da paz e da cooperação internacional. Os participantes da Conferência não podem deixar de manifestar seu pesar de que a proposta da URSS sobre a participação de Estados neutros na conferência de cúpula não seja apoiada pelas potências ocidentais.

Dado que as potências ocidentais não estão inclinadas a realizar uma conferência com composição ampla, os governos dos países participantes do Tratado de Varsóvia consideram possível — para se conseguir o necessário acordo — não insistir na participação de representantes de todos os países membros do Pacto do Atlântico Norte e dos países sinatários do Tratado de Varsóvia, e concordam, na etapa atual, com um círculo mais restrito de participantes ao concluir para que dos entendimentos participem respectivamente de três a quatro países do Pacto do Atlântico Norte e do Tratado de Varsóvia. Com esse objetivo os sinatários da presente declaração outorgam plenos poderes — em nome dos países sinatários do Tratado de Varsóvia — à União Soviética, República Popular da Polónia, República Popular da Tchecoslováquia (República Popular da România) para participarem da conferência de cúpula.

PELO ALIVIO DA TENSÃO

Os participantes da presente Conferência chegaram à conclusão unânime de que a situação atual exige, de todos os países, esforços com vistas ao alívio da tensão internacional e regulamentação dos mais importantes problemas em litígio na atual conjuntura. A União Soviética e os demais países socialistas que assinaram o Tratado de Varsóvia esforçaram-se de maneira conseqüente para chegar a um acordo com as potências ocidentais quanto às questões ligadas ao problema do desarmamento. Com essa finalidade não só apresentaram propostas concretas, como tomaram unilateralmente várias medidas práticas neste terreno. No entanto, os governos dos EUA, da Inglaterra, França e outros países participantes do Pacto do Atlântico Norte não reagiram favoravelmente em relação a todas essas propostas e continuam com a política de «guerra fria» e de perigoso aumento das forças armadas e dos armamentos.

O OCIDENTE FOGE A ENTENDIMENTOS

Valendo-se do fato de que dispunham de maioria na Comissão de Desarmamento da ONU e em seu Sub-Comitê, as potências ocidentais fugiram a entendimentos concretos e honestos e apresentaram, a 29 de agosto de 1957, propostas que na realidade não só deixavam de prever a proibição das armas atômicas e de hidrogênio, a redução das forças armadas e dos armamentos dos países, como abriam amplamente a porta para o aceleração da corrida armamentista.

Impondo à última sessão da Assembléia Geral essas propostas e tomando providências para que na Comissão de Desarmamento da ONU continuassem a preponderar os participantes dos blocos militares por eles organizados, as potências ocidentais criaram uma situação na Comissão de Desarmamento da ONU em que não se pode contar que nesse órgão se encontre solução positiva para os problemas do desarmamento. Em virtude disso, a melhor perspectiva para se resolver as questões inadiáveis do desarmamento — a respeito das quais já na conjuntura atual há possibilidade de se chegar a acordos mutuamente aceitáveis — é a conferência de cúpula com a participação de chefes de governo.

Os países sinatários do Tratado de Varsóvia consideram seu dever fazer o máximo de esforços para levar as potências ocidentais a tomar realmente o caminho do desarmamento e assim impedir o choque armado no continente europeu, evitando-se a tragédia de uma nova guerra. Os representantes das nações participantes do Tratado de Varsóvia reuniram-se a fim de — não com palavras e sim com atos e propostas novas e concretas — reforçar seu desejo sin-

cerco de consolidar a paz e a segurança na Europa. Almejando tirar da estaca zero o problema do desarmamento e imprimir uma virada no sentido do reforço da confiança e da cooperação pacífica entre os países representados na Conferência, os governos tomaram a decisão de realizar unilateralmente outra redução das forças armadas dos participantes do Tratado de Varsóvia, diminuindo-as de 419.000 homens. Serão também reduzidos, de maneira correspondente, os armamentos, o emprego da técnica militar e as despesas militares.

EVACUAÇÃO DAS TROPAS

Os participantes da Conferência ouviram e discutiram a proposta do Governo Soviético, de acordo com o Governo da República Popular da România, sobre a retirada do território deste país das forças soviéticas que ali se encontram de conformidade com o Tratado de Varsóvia. Os participantes da Conferência aprovam essa proposta e estão convictos de que será acolhida por todos os povos como uma nova prova da conseqüente política de paz dos países socialistas.

Os governos dos países sinatários do Tratado de Varsóvia esperam que os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França e os demais países do Pacto do Atlântico Norte, por sua vez, tomem medidas para reduzir suas forças armadas e armamentos, confirmando assim, na prática, seu desejo de consolidar a paz e a segurança na Europa. A adesão dos países participantes da NATO às medidas tomadas pelos países socialistas de redução das forças armadas e dos armamentos não só contribuiria para o alívio da tensão nas relações entre os países europeus e para a cessação da corrida armamentista, como possibilitaria livrar os povos da Europa da hipertrofia dos orçamentos militares que tragam de ano a ano uma parte cada vez maior dos recursos materiais dos países, abrindo caminho ao florescimento econômico e espiritual dos povos.

LIQUIDAÇÃO DOS BLOCOS MILITARES

Os países participantes do Tratado de Varsóvia são pela liquidação de todos os blocos e agrupamentos militares, pois sua existência acarreta o aguçamento das relações entre os países e cria um perigo permanente de choque armado entre eles. Considerando, porém, que as potências ocidentais não estão dispostas a desfazer os agrupamentos militares por elas criados e instituir no lugar deles um sistema efetivo de segurança coletiva na Europa, assim como em várias outras regiões do mundo, os participantes da Conferência consideram necessário tomar medidas preventivas para minorar os possíveis atritos que possam surgir e para não permitir que as contradições entre os dois principais agrupamentos de potências se transformem em conflito armado. Com essa finalidade propõem a celebração de um Pacto de não-agressão entre os países participantes do Tratado de Varsóvia e o Pacto do Atlântico Norte, cuja base poderia ser constituída pelos seguintes compromissos mútuos:

1. Não recorrer ao emprego da força de um contra o outro ou à ameaça do uso da força;
2. Abster-se de qualquer ingerência nas questões internas um do outro;
3. Resolver todas as questões litigiosas que possam surgir entre os mesmos somente por meios pacíficos, no espírito da compreensão e da justiça, através de entendimentos entre as partes interessadas.
4. Realizar consultas mútuas no caso de situações que possam constituir ameaça à paz na Europa.

Na Conferência foi elaborado um projeto de Pacto de Não-Agressão entre os países membros da NATO e os países participantes do Tratado de Varsóvia, projeto que se decidiu entregar aos governos dos países integrantes da NATO.

POR UM PACTO DE NÃO-AGRESSÃO

Os países participantes do Tratado de Varsóvia apelam aos países da NATO no sentido de que aceitem sua proposta de conclusão de um Pacto de Não-Agressão. Está convictos de que se as potências da NATO considerassem, finalmente, possível concordar com a celebração de um Pacto de Não-Agressão com os países do Tratado de Varsóvia, isso assinalaria o início de uma desejada modificação no desenvolvimento da situação internacional no sentido da confiança e cooperação pacífica entre os países que atualmente se opõem um ao outro como participantes de agrupamentos militares. Isso porque está claro para todos que uma nova guerra só poderá ser conseqüência de um conflito entre esses dois agrupamentos. Por outro lado, não menos claro é o fato de que, se o mecanismo desses agrupamentos militares — que abrangem os 23 países do mundo mais desenvolvidos no sentido militar e industrial — não for posto em movimento para atacar um ao outro, não haverá, conseqüentemente, uma tal guerra.

Além disso, o compromisso de não-agressão é um elemento realmente frenador, e

a transgressão desse compromisso, revela a experiência histórica colocará o agressor em situação de isolamento internacional, facilitando a coesão das forças que são contra a agressão e facilitando conseqüentemente a derrota do agressor.

Os participantes da Conferência assinalam como fato positivo a circunstância de que a ideia do Pacto de Não-Agressão foi acolhida positivamente pelo governo da Inglaterra, segundo declarações recentes de Mac Millan, primeiro-ministro inglês.

Os países participantes do Tratado de Varsóvia estão dispostos a destacar em qualquer tempo seus representantes para troca de opiniões com os representantes dos países participantes da União do Atlântico Norte, quanto aos problemas decorrentes da proposta relativa à celebração de um Pacto de Não-Agressão. Essa troca de opiniões poderia realizar-se imediatamente, antes da conferência de cúpula, o que poderia facilitar a aprovação nesta da resolução definitiva sobre a conclusão do Pacto.

DAR PROVAS DE SENSATEZ

A situação internacional é tal que, ao dar novos passos para acabar com o estado de «guerra fria», reduzir as forças armadas e criar condições para a coexistência pacífica, é dever de todos nós dar provas de sensatez e de responsabilidade pela segurança de nossos países socialistas. Não podemos permitir que os povos dos países socialistas relaxem seu sentimento de vigilância porque os esforços em prol da paz dispendidos pelos países do Tratado de Varsóvia ainda não tiveram repercussão entre os governos dos países da NATO, os quais procuram tornar ainda mais tensa a situação internacional e intensificar a corrida armamentista. É necessário continuarmos a tudo fazer para que não se criem condições em que os partidários da política de «posições de força» possam recorrer ao emprego da força em relação às nações socialistas. Isso quer dizer que — sem cessar seus firmes esforços no sentido de aliviar a tensão internacional — os países do Tratado de Varsóvia le foram alguma diminuem o zelo pela segurança de seus povos. Que os governos dos países que se apoiam na política de «posições de força» e preferem se balançar à beira da guerra tenham sempre em mente que a guerra contra os países socialistas só poderá acarretar a ruína do agressor.

SALVAR A PAZ

Os Estados representados na Conferência declaram que empenham todos os esforços para defender incansavelmente a causa da paz e lutar por evitar uma nova guerra. Consideram que atualmente os chefes de governo não têm e não podem ter finalidade mais inadiável e nobre do que estabelecer uma paz duradoura e livrar os povos da ameaça de uma devastadora guerra nuclear. Consideram igualmente que os governos não devem basear-se nas questões internacionais nas razões que dividem os países e sim naquelas que os aproxima para, por meio de esforços em comum, assegurar a paz na Europa e, por conseqüente, em todo o mundo.

Por mais de uma vez as guerras acorretaram à Europa calamidades e devastações que são demonstrado pelas numerosas ruínas até hoje existentes das cidades e aldeias destruídas nos países da Europa; muitos milhões de mutilados constituem também uma dolorosa lembrança. Vivos na memória ainda estão as dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças exterminados no fogo da segunda guerra mundial. É dever dos governos de todos os países não permitir nova explosão, salvar a Europa e a humanidade de uma nova tragédia incomparavelmente mais tenebrosa. A Europa, em cujo território estão os monumentos de uma cultura multissecular e muitos grandes centros industriais, deve deixar de ser campo de luta. Pode e deve tornar-se zona de paz, tranquilidade e segurança.

A guerra não é inevitável, a guerra pode ser evitada.

Por meio de esforços em comum os povos podem defender e consolidar a paz.

- M. CEBHU
Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Albânia
- A. JUGOV
Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Bulgária
- JANOS KADAR
Primeiro Ministro da República Popular da Hungria
- O. GROTEWOHL
Presidente do Conselho de Ministros da República Democrática Alemã
- I. TSHIRANBYTTON
Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Polónia
- S. ERVU
Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da România
- N. S. KRUSCHOV
Presidente do Conselho de Ministros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- V. SIRSKI
Presidente do Governo da República da Tchecoslováquia

O SOCIALISMO TRANSFORMA A CHINA

Sobre Uma Cooperativa

DESPERTA a atenção dos leitores o artigo sobre a cooperativa muda sua fisionomia depois de dois anos de renhida luta. Por todo país propaga-se impetuosamente o espírito do comunismo. Eleva-se rapidamente a consciência política das amplas massas. As camadas atrasadas, ao se impregnarem deste espírito, ansiam intensamente alcançar as camadas adiantadas. Este fato mostra o impetuoso movimento para a frente da revolução econômico-social (no domínio das relações de produção naqueles setores onde as transformações ainda não se completaram), da revolução política, da revolução ideológica, da revolução técnica e da revolução cultural em nosso país. Dá a evidência de que é possível a nosso país alcançar os maiores países capitalistas no terreno da indústria e da agricultura, não sendo necessário um prazo tão longo como pensávamos anteriormente. Um dos fatores decisivos, ao lado da direção do Partido, é termos uma população de 600 milhões de almas. Muita gente significa muito pensamento, elevado ímpeto, grande energia. As massas populares jamais estiveram possuídas de tanto entusiasmo, de tão alto espírito combativo, de tal desenvolvimento de sua força de vontade como atualmente. As velhas classes exploradoras foram inteiramente fragadas pelo imenso oceano das massas trabalhadoras. Embora essas classes exploradoras não queiram modificar-

Artigo de MAO TZE-TUNG

se, de qualquer maneira transformam. Há certa gente que não muda até a morte e que quer comparecer perante Deus com seu cérebro de granito. Mas uma andorinha só não faz verão. Toda a ideologia pódre e tódas as demais partes da super-estrutura dia a dia se fazem em pó. Ainda passará o tempo até que esse lixo seja completamente varrido. A tendência geral para a eliminação dessas coisas já se definiu; isto é certo, sobre isto não há dúvida. Uma particularidade evidente dos 600 milhões de chineses, entre as particularidades do passado, é sua pobreza e que representam uma folha de papel em branco. A primeira vista isto é mal, mas de fato é bom. A pobreza significa desejo de mudança, representa ação, consumir a revolução. Na folha em branco nada se encontra, mas nela podem se escrever as mais novas, as mais belas palavras, podem-se desenhar os mais novos, os mais belos quadros. «Danzibao» é uma nova arma extraordinariamente útil, que pode ser empregada nas cidades e no campo, nas usinas e fábricas, nas fazendas, magazines e instituições, nas escolas, unidades militares e comitês de rua — numa palavra, em toda parte onde se encontram as massas populares. Nos lugares onde este método já é utilizado, é necessário continuar a empregá-lo sempre.

Gun Tzi-tohen, que viveu sob a dinastia Tzin, escreveu um de seus poemas: «A vida intensa sobre a terra provoca tempestades e trovões. Que pena estarem inertes agora dez mil corséis. Eu aconselho a Deus recobrar o ânimo e enviar à terra muitos novos talentos».

«Danzibao» dissipou a atmosfera sombria em que «dez mil corséis estavam inertes».

Sugiro aos camaradas, membros de mais de setecentos mil cooperativas agrícolas do país e aos camaradas que vivem nas cidades conhecerem certa cooperativa agrícola. Esta cooperativa, denominada «Intziou», encontra-se no distrito de Fentziu, província de Henan. Nessa cooperativa há muitas coisas em ordem, dando o que pensar à gente. Continuarão os trabalhadores da China com a anterior feição de escravos? Não, não continuaram. Eles se tornaram senhores. Os trabalhadores da República Popular da China, que ocupam um território de 9 milhões e 600 mil quilômetros quadrados, começam hoje a pôr realmente em ordem esta terra.

(Huanchow — 15 de abril de 1958)



MAO TZE-TUNG ENTRE CAMARADAS — O Presidente da República Popular da China, Mao Tze-Tung, visita uma cooperativa agrícola em Hsing-hsiang, província de Szetchuan, onde foi descoberta há pouco uma planta que extermina mosquitos e moscas (Agência Sinhuá).



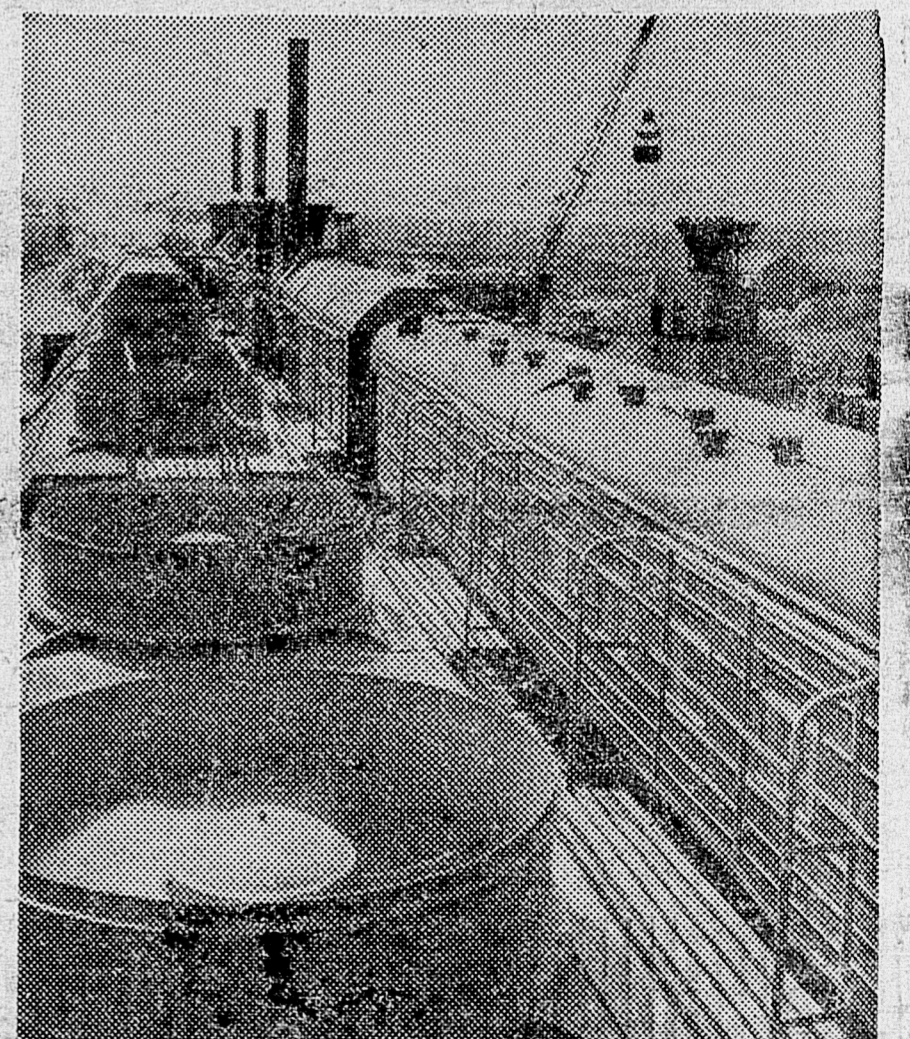
TRABALHO FÍSICO E TRABALHO INTELECTUAL — Funcionários do governo popular da China participam de trabalhos físicos, visando aperfeiçoar seus conhecimentos teóricos. Aqui vemos um cientista do Instituto de Pesquisas Agrícolas do Sul da China visitando uma plantação de arroz. (Foto Sinhuá).



AGRICULTURA MECANIZADA — Embora lentamente, dadas as proporções de uma agricultura para alimentar 600 milhões de chineses, mecaniza-se o trabalho rural na velha China. Aqui vemos máquinas modernas numa cooperativa da República Popular da China. (Foto Agência Sinhuá — Pequim).



O ESTUDO TÉCNICO NA CHINA — Estudantes chineses tomam contacto com o trabalho prático. Aqui vemos um grupo de alunos em uma escola de Changai aprendendo técnica. Montam peças de máquinas numa empresa da República Popular da China.



A CHINA INDUSTRIALIZA-SE — A 7 de abril entrou em funcionamento em Harbin, na República Popular da China, a primeira central elétrica móvel do país. É transportada em 47 vagões e sua capacidade, quando completada, em julho próximo, será de 13.000 kilowatts. Todo o equipamento foi fornecido pela União Soviética e Tchecoslováquia. (Agência Sinhuá).